



Câmara Municipal de Caieiras

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º ANO, DA 9ª LEGISLATURA

Realizada em 21 de outubro de 1997.

UNICA DISCUSSÃO
S.S. 18/11/97
APROVADO

PRESIDENTE

PRESIDENTE: JOSÉ SOARES

**SECRETARIA: ANTONIO ROMERO POLLON
JOSÉ LUIZ DE ABREU**

Às dezenove horas, em primeira chamada, verificando-se o comparecimento dos senhores Vereadores **ANTONIO ROMERO POLLON, JESUÍTO GUEDES DOS SANTOS, JOSÉ BISPO DOS SANTOS, JOSÉ CARLOS GONÇALVES, JOSÉ LUIZ DE ABREU, JOSÉ SOARES, MARIA JOSÉ DE MELLO MANZANARES, MERCEDES SARTORI FIORE, MILTON VALBUZA SILVEIRA, OSMÁRIO DE OLIVEIRA E SILVA, PAULO DO CARMO MONTEIRO, PEDRO SIQUEIRA e ROBERTO FÁVERO.**

Havendo número regimental, assume a Presidência o Vereador **JOSÉ SOARES**, invocando a proteção de Nosso Senhor Jesus Cristo sobre os trabalhos, agradece a presença de todos, declara aberta a presente sessão e convida o Vereador José Carlos Gonçalves, para fazer a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada.

O Vereador José Carlos Gonçalves, faz a leitura do Salmos, capítulo 10, versículos 14 a 18.



Câmara Municipal de Caieiras

Em seguida, o senhor Presidente passa a apresentar as matérias inscritas para o Expediente da Mesa.

EXPEDIENTE DA MESA

Por determinação do senhor Presidente, tem início a apreciação das seguintes matérias:

1. Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de outubro de 1997 - Colocada em discussão, ninguém se manifesta, colocada em votação, é aprovada pela unanimidade dos Vereadores presentes.

2. Ata da 25ª Sessão Extraordinária, realizada em 13 de outubro de 1997 - Colocada em discussão, ninguém se manifesta, colocada em votação, é aprovada pela unanimidade dos Vereadores presentes.

3. Ata da 26ª Sessão Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 1997 - Colocada em discussão, ninguém se manifesta, colocada em votação, é aprovada pela unanimidade dos Vereadores presentes.

4. Ofício nº 1.883/97, do senhor Prefeito Municipal, encaminhando o Balancete da Municipalidade, relativo ao mês de setembro de 1997 - Encaminhado à Secretaria, ficando à disposição dos senhores Vereadores.

5. Ofícios nºs. 1.878, 1.879, 1.904, 1.905, 1.910, 1.928, 1.930, 1.935, 1.944, 1.945, 1.946, 1.963, 1.964 e 1.977/97, do senhor Prefeito Municipal, encaminhando respostas as solicitações e indicações dos senhores Vereadores - Encaminhado à Secretaria, ficando à disposição dos senhores Vereadores.

6. Em seguida, são lidos e encaminhados à Secretaria, para as devidas providências, os seguintes:



Câmara Municipal de Caieiras

- Ofício FUMEFI nº 586/97, da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.

- Ofício s/nº, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Sidney Cinti.

- Convite da Associação Paulista de Municípios - A.P.M.

- Ofício nº 343/97, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

- Informativo Emplasa - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A.

- Ofício nº 15/97, da Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM.

- Ofício nº 437/97 - Circular da Câmara Municipal de Santana do Parnaíba.

- Ofício nº 5.834/97, da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos.

- Ofício nº 55/97, da Câmara Municipal de Araçatuba.

- Ofício nº 5.038/97, da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos.

- Ofício nº 047/97, da Câmara Municipal de Arujá.

7. Projeto de Lei nº 3.073/97, do senhor Prefeito Municipal, dispondo sobre altera dispositivos de Leis Tributárias e dá outras providências - Encaminhado às Comissões de Justiça e Finanças, para Parecer.

8. Projeto de Decreto Legislativo nº 120/97, do Vereador José Carlos Gonçalves, dispondo sobre Concede Título de Cidadã Caieirense a senhora Josefa Rodrigues da Silva e dá outras providências - Encaminhado às Comissões de Justiça e Finanças, para Parecer.



Câmara Municipal de Caieiras

9. Em seguida, são lidos, discutidos, votados e encaminhados à Secretaria, para as devidas providências os seguintes:

- Moção nº 005/97, do Vereador José Soares, solicitando ao Egrégio Plenário desta Casa de Leis, apoio à Moção nº 38/97, do nobre Vereador Zeferino Ferreira de Souza, da Câmara Municipal de Mauá, com relação a alteração da Lei Ambiental nº 1.164/97. O senhor Presidente coloca a Moção em discussão. Como autor da Moção, esclarece que a mesma foi elaborada por ele, Moção de apoio ao Vereador que já encaminhou à Brasília essa Moção de Repúdio, que na qual tramita naquela Casa de Leis, cassando os direitos de cultos religiosos, então, não foi votado apenas está tramitando no Congresso esse Projeto de Lei e que eu acho que é uma Lei dirigida somente para as Igrejas Evangélicas, e no caso é existe outras entidades que promovem barulhos e que não está nessa Lei, então acho que essa Moção vem de encontro para que as Igrejas Evangélicas que estão sendo prejudicadas com essa Lei se for aprovada pelo Congresso Nacional, então a referida Moção encontra-se em discussão, os Vereadores que queiram discutir, para discutir o Vereador José Carlos Gonçalves. Senhor Presidente, senhores Secretários, senhores Vereadores, amigos presentes. Quero parabenizar Vossa Excelência, senhor Presidente, por essa Moção. Eu queria só notificar aos senhores que esse mês que findou fizemos um trabalho ali no Ibirapuera, um trabalho da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, e o último dia no encerramento foi no Campo de Marti, onde nós obtivemos ali, compareceram ali, cerca de um milhão de evangélicos com a presença do senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, Governador Mário Covas e onde ficamos até surpresos, porque dentro de uma multidão de um milhão de pessoas foi feito um pedido do nosso Presidente José Wellington Bezerra da Costa, para que se não deixasse um palito dentro daquele recinto, porque a maior briga para intervenção daquele trabalho era que os crentes iria deixar sujo o local e iria atrapalhar os aviões, enfim a moralidade do mesmo. Foi feito esse pedido e não se ficou realmente eu como cristão lá, quando eu vi aquele monte de papel falei, meu Deus, vai ficar, mais foi um arrastão e não ficou realmente um palito naquele recinto, enquanto que, logo ao lado estava sendo realizado um encontro com a Xuxa, reuniu lá duzentas e cinquenta mil pessoas houve tumulto, acidente, pessoas que foram imediatamente para o Hospital, e ficou dez toneladas de lixo, dez toneladas de lixo, agora na Rede Globo passou, no Jornal do Estado de São Paulo saiu Igreja Evangélica, foi colocado que ficou lixo. Agora, o que a Xuxa fez, o trabalho que foi feito, ninguém notificou nada, nem Rede Globo, nem Estado de São Paulo, então realmente esta Lei que estão querendo fazer é direcionada exclusivamente a Igreja Evangélica enfim a todas as Evangélicas, então eu parabeno o senhor Presidente por essa atitude brilhante e que sem dúvida nenhuma será honrado por Deus por isso, não estou falando só da Assembléia mas de todas as Evangélicas que se encontram nesse país, porque é feito centro de

Handwritten signature: José Soares



Câmara Municipal de Caieiras

macumba, se trabalha a noite inteira e ninguém reclama de nada já macumba tá falando que é coisa má, mas ninguém reclama de nada, é feito carnaval, ninguém reclama de nada, é feito rodeio ninguém reclama do barulho, ninguém vem falar nada que é para acabar com isto daqui, mas quando se fala de uma Igreja que estão adorando a Deus, reverenciando a um Deus que tudo pode que é criador dos céus e a terra aí acham de fazer uma Lei, mas isso não vai passar. É só isso que eu queria dizer.

Não havendo mais Vereadores que queiram discutir a referida Moção, o senhor Presidente coloca a mesma em votação, sendo aprovada pela unanimidade dos Vereadores presentes.

- Requerimento nº 15/97, dos senhores Vereadores, solicitando inserção de Voto de Pesar em Ata, pelo falecimento do senhor EGYDIO ZANON - Deferido.

- Requerimento nº 16/97, dos senhores Vereadores, solicitando inserção de Voto de Pesar em Ata, pelo falecimento do senhor ANTONIO DELLA TORRE - Deferido.

- Requerimento nº 17/97, dos senhores Vereadores, solicitando inserção de Voto de Pesar em Ata, pelo falecimento de ANDERSON ROBERTO ALARCON - Deferido.

- Requerimento nº 18/97, dos senhores Vereadores, solicitando inserção de Voto de Pesar em Ata, pelo falecimento da senhora HELENA DARCI PIRONDINI ZEBINATTI - Deferido.

- Requerimento nº 19/97, dos senhores Vereadores, solicitando inserção de Voto de Pesar em Ata, pelo falecimento da senhora ESTHEPHANIA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA - Deferido.

- Requerimento nº 20/97, do Vereador Antonio Romero Pollon, solicitando ao Sr. Michael Paul Zeitilin, DD. Secretário dos Transportes e ao Dr. Sérgio Arruda Camargo, Superintendente do D.E.R., providências urgentes com relação a Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves, com relação a carretas e caminhões que trafegam diuturnamente na referida Rodovia, por falta de fiscalização dos órgãos competentes. O senhor Presidente coloca o requerimento em discussão. Para discutir, o Vereador Antonio Romero Pollon, que gostaria de fazer um pequeno comentário, exatamente pelo desrespeito, eu não quero aqui me referir ao senhor Governador, o senhor Governador não é obrigado



Câmara Municipal de Caieiras

a entender de trânsito, ele não é obrigado a entender de saúde, mas ele paga muito bem os seus assessores para que tomem providências, e até hoje com todos os ofícios que enviei a Secretaria dos Transportes e ao D.E.R., eu não obtive nenhuma resposta, e Vossa Excelência tenho a certeza que eles estão vendo o caos que se encontra a nossa Estrada Velha de Campinas, a saber que é o único acesso que nós temos à São Paulo ou para Jundiaí, não só Caieiras, como Franco da Rocha e Francisco Morato, o absurdo que está ocorrendo nessa Estrada Velha de Campinas, o tráfego de carretas e caminhões, fugindo do pedágio com toneladas a mais do permitido e nenhuma providência até hoje está sendo tomada, essa é minha revolta e até hoje com todos os ofícios que enviei à Secretaria dos Transportes, não obtive nenhuma resposta, mas não é apenas a Estrada Velha de Campinas que está um verdadeiro caos, o centro da nossa Cidade também, os únicos que não tem mais direito de andar pelas ruas da nossa Cidade são exatamente os moradores de Caieiras, os únicos, e está acontecendo acidentes com vítimas quase que constante, está havendo acidente sem vítimas e nenhuma providência está sendo tomada, agora quem vai levar a culpa nisso chama simplesmente o novo Código de Trânsito, que não tem nada a ver, não vai melhorar em nada o novo Código de Trânsito, eu quero ver atitudes tomadas pela Polícia. Agora eu acho um absurdo esses motoristas que fazem das ruas de nossa Cidade, uma verdadeira auto-pista, eu acho que tem se o motorista quiser ultrapassar uma velocidade de cem quilômetros, ele tem a Fernão Dias, ele tem a Bandeirantes, ele tem a Castelo Branco, não ele vem correr, colocando em risco vida de pessoas, hoje uma criança não tem mais condições de brincar numa calçada e muito menos um adulto de atravessar qualquer rua do centro de nossa Cidade, e nenhuma providência até hoje está sendo tomada, não me fale de que a polícia tá tomando providência disso que não está, nos fizemos uma reunião com o Capitão Frank e com o Tenente Zanoto e o Capitão Frank me prometeu de que ele iria tomar uma providência, só que até agora, tem um policial na rua da minha casa, eu acredito que se esse policial não tomar cuidado ele vai ser atropelado, porque ele já sai ali do Batalhão, já sai com uma ordem, vai lá na rua da Casa do Nico Pollon, mas cruza os braços só toma cuidado para não ser atropelado, a poucos dias eu fui conversar com esse policial e perguntei a ele, escuta, você está fazendo a autuação desses motoristas que passa nessa velocidade, não posso fazer nada porque não tem placa, hoje tem duas placas visíveis só que ele continua de braços cruzados e nenhuma providência está sendo tomada e eu tenho certeza de que olha, e a culpa vai ser do novo Código Nacional de Trânsito.

Em seguida, o senhor Presidente informa aos senhores Vereadores que o Requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo colocado em votação, sendo aprovado pela unanimidade dos Vereadores presentes.



Câmara Municipal de Caieiras

- Requerimento nº 021/97, do Vereador Milton Valbuza
Silveira, solicitando informações ao senhor Prefeito Municipal, sobre se a
Municipalidade mantém algum vínculo ou contrato com a Advocacia Alberto Rollo
Sociedade Civil, bem como com os Drs. Alberto Lopes Mendes Rollo, João
Fernando Lopes de Carvalho, Alberto Luís Mendonça Rollo, Alexandre Luís
Mendonça Rollo, Maria Celina Pinheiro Moreira, Maria do Carmo A.M.
Pasqualucci e Arthur Luís Mendonça Rollo. O senhor Presidente coloca o
requerimento em discussão. Para discutir, o autor do Requerimento, Vereador
Milton Valbuza Silveira, que se manifesta da seguinte forma: senhor Presidente,
senhores Vereadores, Prezada Assistência. Senhor Presidente, eu tomei a liberdade
de elaborar esse Requerimento de Informação, pelo fato seguinte: nós Vereadores
aqui nesta Casa de Leis, quando nós fazermos qualquer indagação, seja lá quem
for, principalmente a pessoas que tem um certo cargo elevado na Prefeitura, nós
passamos até a receber ameaças. E uma coisa é certa senhor Presidente, eu como
Vereador fui eleito exatamente pra isso, para fiscalizar o Poder Público, senão eu
não seria candidato a coisa nenhuma, eu estaria cuidando da minha vida, quando
eu me candidatei a Vereador eu fiz um juramento aqui dentro desta Casa de Leis
quando eu tomei posse, que eu iria procurar de uma forma ou de outra,
administrar bem o Município, colaborar com a Administração Pública e muito pelo
contrário, fiscalizar o dinheiro público do nosso Município e fui eleito exatamente
pra isso. Ocorre senhor Presidente, que esse Requerimento ele vem com intuito
único e exclusivo de querer bisbilhotar a minha vida pública, eu gostaria de dizer e
deixar bem claro, que eu não tenho absolutamente rabo preso com ninguém, tudo
que faço, eu assumo. Então, não precisa vir um escritório de advocacia, fazer um
requerimento com outorga de qualquer pessoa que seja, para saber da minha vida
pública, a minha vida pública para qualquer pessoa que quiser saber, pode chegar
a mim e perguntar que eu informo. E se, por acaso eu errar, como já houve casos
aqui de próprio funcionário da Prefeitura entrar com ação popular contra os
Vereadores, contra a Câmara Municipal, e na verdade fomos julgados e na
verdade fomos condenados e que na verdade nós ressarcimos o erário público, nós
devolvemos o dinheiro que recebemos erroneamente. Então eu gostaria de deixar
bem claro senhor Presidente, que qualquer pessoa tem o direito de ir a justiça, se
por ventura achar que eu alguma vez recebi algum dinheiro que não fosse certo,
pode ir a Justiça e entrar com ação popular, que eu estou à disposição para
responder essa ação popular, porque graças a Deus, eu tenho como responder e
também tenho como devolver se necessário for. Eu gostaria de deixar bem claro
senhor Presidente, eu tomei a liberdade de elaborar esse requerimento, porque na
verdade nós temos uma Secretaria Jurídica, que pelo que me informo o senhor
Prefeito e a Municipalidade está bem representada por essa Secretaria Jurídica e
chegou ao meu conhecimento, de que esta empresa Advocacia Alberto Rollo
Sociedade Civil, presta serviços a Municipalidade, se nós temos uma Secretaria
Jurídica para que contratarmos assessorias jurídicas que nem sabemos quem é.
Será que essa assessoria jurídica é para defender interesse de alguém? ou é para



Câmara Municipal de Caieiras

defender interesses do Município da Municipalidade. Quero dizer mais, eu gostaria senhor Presidente que o senhor respondesse esse requerimento a pessoa interessada na forma da Lei, como a Lei manda, se alguma verba, eu nunca recebi verba de representação nessa Casa, mas se recebi e recebi erroneamente, eu tenho o maior prazer em devolvê-lo, se recebi erroneamente, tenho certeza que o Departamento de Contabilidade da Câmara jamais pagaria alguma coisa que fosse errada e se pagou talvez pagou sem informação de causa, se eu recebi tenho o maior prazer, o imenso prazer de ressarcir os cofres públicos. Como eu gostaria que todas as pessoas que erraram na Administração Pública, devolvessem aquilo que fizeram de errado e que assumisse a responsabilidade daquilo que faz e que tivesse a honestidade de assumir e reconhecer o seu erro. Então senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que realmente passasse ao Departamento Jurídico da Câmara e que realmente prestasse essas informações, bem como ao Departamento de Contabilidade da Câmara e para finalizar senhor Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: eu fui eleito para cumprir o mandato de quatro anos, isso se Deus o permitir, e tenho certeza absoluta que Deus permitindo eu vou cumprir o meu mandato de quatro anos, só que vou cumprir da mesma forma como eu cumpri os outros dez anos que eu estive aqui nessa Casa de Leis e vou ser o mesmo Vereador como sempre fui durante esses dez anos. E uma coisa eu quero deixar bem claro aos senhores Vereadores e aos senhores presentes, eu não tenho medo de ameaças de quem quer que seja, a pessoa pode me ameaçar por telefone, pode me ameaçar de morte, pode me ameaçar de seqüestro, pode me ameaçar do que for, de cassar o meu mandato, eu não preciso do meu mandato de Vereador para minha sobrevivência própria e todo mundo aqui sabe disso. Pode mandar carta anônimas dizendo que eu sou ladrão, só que ninguém tem coragem e as pessoas são muito covardes aqui nesse Município, principalmente aqueles que se julgam dono da Cidade, que até hoje eu não vi ninguém que fosse dono da Cidade, porque ninguém me apresentou uma escritura pública até hoje que é dono verdadeiramente da Cidade, eu não tenho medo de ameaças, de forma nenhuma eu vou me inibir das ameaças que eu venho sofrendo, e também tão pouco vou mudar de meu Município, porque aqui eu nasci há quarenta e seis anos e esse Município, eu gosto deste Município, e vou fazer aquilo que me comprometi a fazer, eu estou aqui nessa Casa de Leis não pelo fato de fazer disso o meu emprego, porque eu não preciso disso, eu estou aqui porque gosto da política e sempre gostei, agora as pessoas que na verdade teme que eu procure pelo menos corrigir aquilo que está de errado, que se mude da Cidade se não estiver gostando, porque se eu descobrir qualquer coisa errada eu vou denunciar. Eu vou denunciar mesmo e eu gostaria até senhor Presidente, de solicitar a Vossa Excelência, porque hoje será lido o Relatório da Comissão de Inquérito e gostaria de solicitar de Vossa Excelência, cópia de inteiro teor do Processo autenticada, caso esse Relatório seja rejeitado, eu através de Representação vou encaminhar ao Ministério Público, bem como ao Tribunal de Contas. Eu gostaria de deixar bem claro senhor Presidente, a minha posição aqui

*Adriano
P. S. M.*



Câmara Municipal de Caieiras

nesta Casa de Leis, eu não vim aqui para brincar, não vim aqui para receber o meu salário e dar tapinhas nas costas das pessoas aí na rua, eu vim aqui para cumprir o meu papel de Vereador e o meu papel de Vereador eu vou cumprir, somente isso que eu tinha a dizer senhor Presidente.

O senhor Presidente informa que o Requerimento continua em discussão. Para discutir, o Vereador José Luiz de Abreu, que se manifesta da seguinte forma: Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Funcionários, Senhoras e Senhores: Eu gostaria de pedir escusas ao colega Milton e numa reunião que nós participamos hoje com o nosso Prefeito, ficou bem claro a respeito de Requerimento. No entender desse Vereador isso tá passando mais por uma questão acredito eu, até pessoal, então, novamente peço desculpas ao Vereador, mas eu votarei contrário a isso, por entender que a Prefeitura já tem vários problemas e se nós ficarmos a qualquer instante respondendo requerimento que não atende a administração pública, mas talvez, talvez, ao interesse particular, eu votarei contrário, muito obrigado.

Em seguida, o senhor Presidente informa aos senhores Vereadores que o Requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo colocado em votação, sendo aprovado pelo "quorum" de onze votos favoráveis, registrando-se um voto contrário do Vereador José Luiz de Abreu.

10. Em seguida, são lidas e encaminhadas à Secretaria, para as devidas providências as seguintes:

- Indicações n.ºs. 430, 431, 432, 433, 434 e 451/97, do Vereador Paulo do Carmo Monteiro.

- Indicações n.ºs. 435, 443 e 452/97, do Vereador Jesuíto Guedes dos Santos.

- Indicação n.º 436/97, do Vereador José Soares.

- Indicações n.ºs. 437, 438, 439, 440 e 448/97, do Vereador José Luiz de Abreu.

- Indicações n.ºs. 441 e 442/97, do Vereador Roberto Fávero.



Câmara Municipal de Caieiras

- Indicações n.ºs. 444, 445, 446, 449 e 450/97, dos Vereadores José Bispo dos Santos e Mercedes Sartori Fiore.

- Indicação n.º 447/97, do Vereador José Carlos Gonçalves.

Não havendo mais matéria para o Expediente da Mesa, passa-se para o Tema Livre.

TEMA LIVRE

O senhor Presidente oferece a palavra aos senhores Vereadores, em ordem alfabética, pelo tempo regimental de dez minutos. O Vereador Antonio Romero Pollon, dispensa o uso da Palavra. O Vereador Jesuíto Guedes dos Santos, que se manifesta da seguinte forma: Senhor Presidente, nobres Colegas, senhoras e senhores aqui presentes eu quero saudar o meu amigo Nelsinho ex-Vereador desta Casa, que tão bem exerceu sua função aqui. Eu subo a esta Tribuna, para fazer uso da palavra neste Tema Livre senhor Presidente, justamente para falar com relação a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai ser a votação nessa noite. Nós sabemos que a opinião de cada Vereador ela deve ser respeitada e esta Casa de Leis é uma Casa Democrática. Agora como falou aqui o meu colega Vereador Milton Valbuza, sobre salários, sobre subsídios do Vereador, eu também adentrei a esta Casa de Leis, não foi por necessidade, e simplesmente eu fui convidado e aceitei o convite na oportunidade e graças a Deus eu fui eleito. De lá pra cá, nos temos trabalhado eu creio que desempenhamos o nosso trabalho da melhor maneira possível, porque muitas das vezes dá a transparecer que o nobre Vereador por ser empresário que os outros estão às vezes até dependendo disso, eu discordo porque eu tenho força para trabalhar, sou um moço jovem, e tenho graças a Deus se amanhã eu vier perder uma eleição aqui em Caieiras, eu vou trabalhar, como sempre trabalhei, estou aqui há cinco anos. Então muitas das vezes, os debates, as palavras, que a gente coloca aqui muitas vezes até cai em contradição e ofende até o próprio colega. Então eu discordo do ponto de vista, respeitando o que o nobre Vereador falou aqui. Eu sei o que é o momento aqui da gente apurar, foi criada essa C.P.I. para apurar as possíveis irregularidades. É nos vamos apurar, já foi apurado, eu acho que o Relatório dessa Comissão ele é confiável, agora o que eu acho, o que eu discordo é quando o nobre colega, por ser empresário sempre o senhor usa este expediente para falar isso, eu acho que esse negócio de salário a gente, cada um é

*Assinado
Antonio Romero Pollon*



Câmara Municipal de Caieiras

particularidade de cada um. Cada um sobrevive com aquilo que como pode, então se o senhor é empresário parabéns. Aquele que não é empresário, eu como evangélico estou orando pro senhor ser o homem mais rico aqui da Cidade, então, eu não tenho inveja da riqueza de ninguém porque o dia que morrer vai ficar tudo aqui mesmo. Então esse é uma discordância, com relação a atitude ou o voto que vai se anteceder daqui um pouco, nós vamos votar cada um de acordo com a sua consciência, que tem fundamentos e deles até corretos tem sim, agora a maior virtude do ser humano, não é acusar as pessoas e sim perdoá-los, Jesus diz na sua palavra se seu irmão pecar contra você se perdoa setenta vezes sete se for necessário. Então nós, quem sou eu, eu sei que o trabalho dessa Comissão não é de julgar ninguém, nos temos competência de julgar e nem tão pouco de condenar, agora, eu acho que vai ser um debate democrático um debate onde as pessoas, cada um vai ter um ponto de vista, e cada um vai falar aquilo que ele achou, o que ele leu, o que ele viu de errado e de correto. Com relação as pessoas envolvidas, eu acho que isso sirva de uma grande lição, não sei qual vai ser o resultado, porque nós sabemos que o dinheiro, é o dinheiro do povo, e muita das vezes a gente faz coisas eu creio que não fizeram nada aqui premeditado, mas, é, tem que tomar cuidado com o dinheiro público, porque a gente tá aqui para fiscalizar e o Vereador jamais, acho que um Vereador desta Casa de Leis, ele tem intenção de prejudicar alguém, eu não acredito numa Comissão dirigida, a pessoa a ou a pessoa b, acredito na honestidade de cada pessoa que participou dessa Comissão, mas, as pessoas que foram envolvidas nesse Relatório, também tem que se cuidar, tem que se cuidar, não sei qual vai ser o resultado, não vou aqui manifestar a minha opinião, meu voto, minha opinião estou manifestando, não estou manifestando o meu voto, mas eu acho que é momento para reflexão. Nós todos os dias lemos nos jornais, ligamos a televisão, ouvimos o rádio e tá havendo um cerco muito grande contra a corrupção no Brasil. Então a gente tem que tomar cuidado com isso, e vamos trabalhar todos aqui de mãos dadas ninguém quer ser melhor do que ninguém nem maior do que ninguém, eu pelo menos não fui eleito para ser melhor aqui do que ninguém, e também não ser pior, pra ser iguais, todos nós perante a Justiça de Deus e dos homens também, agora com relação ao meu voto só vou me manifestar na hora da votação, eu me orgulho muito por fazer parte desta Casa de Leis, onde tem pessoas bem mais competente do que a mim e eu tenho aprendido muito com esses Vereadores, então eu gostaria que após o término desta votação, a paz reinasse aqui como tem reinado. Porque cada um tem a sua opinião, o Vereador não é obrigado a votar, ou é obrigado a votar, vai ficar, o juízo cada um vai fazer, a sua consciência é quem vai mandar dizer o que você deve fazer, eu pelo menos sou assim, não tenho medo como diz o nobre colega de ameaças também, não tenho medo, saí da casa de meus pais para vir aqui para São Paulo, pra tentar a sobrevivência com idade de quinze anos, adolescente ainda, não tive infância, vim aqui para essa Cidade grande e graças a Deus até aqui tenho vencido, é se tivesse medo de ameaças também não estaria aqui, agora, sabemos da importância do papel de Vereador aqui nessa Casa, que é a

*Assinado
J. Pellon*



Câmara Municipal de Caieiras

de legislar e fiscalizar e ajudar o senhor Prefeito fazer uma boa administração. Então é essa aqui a minha opinião, e eu voltarei a esta Tribuna na hora da discussão desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em seguida, usa da palavra o Vereador José Carlos Gonçalves, que se manifesta da seguinte forma: Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, amigos presentes, nossa querida Radio Comunitária, os meninos que estão aí trabalhando, nossa querida Guarda Municipal, não vou citar os nomes dos demais que posso fazer injustiça, é um prazer tê-los conosco, parabenizo o Vereador Valbuza pelo seu requerimento, parabenizo também o Vereador Jesuíto pela sua explanação. Quando se fala de perdão, a Bíblia realmente fala de perdão, só que o perdão ele só vem, só é dado a partir do momento que a pessoa que errou ele peça perdão, a partir do momento que ele tenha humildade de reconhecer que errou, todo mundo é digno de perdão nessa terra. Então acho que a partir do momento que a pessoa se humilha, não diante dos homens, mas diante de Deus e depois chega, é reconhecido, é perdoado. Eu quero até aqui parabenizar Dr. Silvio, Dr. Torres, estivemos ali numa reunião à tarde, juntamente com os demais Vereadores e seu Prefeito e ele reconheceu realmente que existe falha no P.G.I. e isto é muito bonito, é digno, de aceitação, entramos num acordo, percebemos que o senhor Prefeito com a sua moral, na sua íntegra, com a sua fidelidade honrando os votos que obteve nessa Cidade, percebemos então, que eles estão com vontade de fazer um esforço e muita vontade de acertar as coisas, então não discordando do que o Vereador disse, que o perdão é setenta vezes sete, só que a pessoa ela tem que dar o primeiro passo, a própria Bíblia disse que Deus disse, você tem que dar um passo para ele e ele vai dar dois pra você. Então falando do assunto das ameaças, como disse o Vereador Valbuza, um dia antes da votação, ou melhor que iria votar essa C.P.I., um dia antes, dia onze do nove, eu recebi um telefonema nesta Casa. Um cidadão que faz parte da Comissão de Obras, me ameaçando por telefone, um dia antes da votação, dia onze a sessão foi dia doze, me ameaçando, falando palavrões e aconselhando-me a tomar cuidado. Dizendo coisas que eu estaria cuspiando no prato que comi, porque trabalhei três anos e meio ali, só que tem uma coisa, que essa pessoa sabe muito bem, e não o faz, eu nunca recebi uma medalha de honra ao mérito e nem nada, pelo trabalho que eu fiz na Prefeitura, nunca, nunca saiu uma coluna em Jornal algum pelo trabalho que eu fiz, sem me exaltar, mas piquei meu cartão às nove da manhã e as seis horas para ir embora, não tive privilégio nenhum de ninguém, não devo um centavo pra Prefeito nenhum, pra ex-Prefeito nenhum e muito menos pra quem quer que seja desta administração, então eu até depois conversei com essa pessoa e disse que ele tinha que ser homem de chegar e falar e não usar telefone. Tenho aqui o B.O. que eu registrei na Delegacia de Polícia dia onze, então isso realmente é muito feio, o homem tem que ter atitude de homem, como disse o Vereador, merece perdão? merece perdão, até agora eu não reapresentei isto daqui, eu acho que não vale a pena, todo mundo é digno de

Assinatura



Câmara Municipal de Caieiras

perdão eu acho que esse cidadão também é, e essas pessoas como mencionou o Vereador que fazem parte dessa C.P.I. também merecem perdão, só que tem que reconciliar, primeiramente com Deus e depois com os homens, porque dinheiro público, como disse o Vereador, é dinheiro público, então nos temos que ter cuidado com o dinheiro público, porque é suor, é tributo que é pago lá, por pessoas que as vezes pessoas não podem, quantas e quantas pessoas que passam por aqui, e os senhores Vereadores são testemunhas disso pedindo pelo amor de Deus as vezes para isentar, ou pra remissão desse tributo e muitas vezes a gente até ajuda pagar. Quanto ao emprego que o senhor Vereador disse, eu estou livre e tranqüilo para dizer uma coisa aos senhores e a quem possa interessar, eu e mais três colegas aqui, não recebemos um tostão, desde fevereiro, desde janeiro e eu desde fevereiro, e não é por isso que eu vou parar de trabalhar e defender os necessitados, os injustiçados, enfim toda classe, porque nos somos votados, nós obtivemos votos, a maioria de quinhentos votos nessa Casa, e não vou trocar quinhentos votos por meia dúzia de beneficiados. Porque eu tenho que honrar esses votos que me foram colocados nessas urnas, como os demais senhores que estão aqui. Então eu quero agradecer mais uma vez, a presença de todos e voltarei depois a esta Tribuna, para discutir o Projeto da C.P.I.

Em seguida, é oferecida a palavra ao Vereador José Soares, que dispensa o uso da palavra, ao Vereador José Luiz de Abreu, que também dispensa o uso da palavra, ao Vereador José Bispo dos Santos, que dispensa o uso da palavra, a Vereadora Maria José de Mello Manzanares, que também dispensa o uso da palavra, a Vereadora Mercedes Sartori Fiore, que dispensa o uso da palavra, ao Vereador Milton Valbuza Silveira, que se manifesta nos seguintes termos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Prezada Assistência, eu gostaria senhor Presidente em primeiro lugar de dirigir minha palavra ao nobre Vereador Jesuíto Guedes, e gostaria de esclarecer o seguinte nobre Vereador: De maneira alguma eu me referi a algum membro aqui desta Casa, Vossa Excelência pode ter interpretado mal, mas eu dirigi-me diretamente a um requerimento que adentrou a esta Casa, com relação a minha pessoa. Eu não quis dizer aqui, que os demais membros desta Casa, fazem desta o seu emprego. De forma nenhuma. Eu sei, e tenho certeza que todos devem ter suas atividades fora desta Casa de Leis, porque esta Casa de Leis na verdade, todo Vereador que aqui o participa e o que legisla, eu tenho certeza absoluta que jamais ele poderia fazer como um emprego, porque isso não é definitivo, isso não é uma empresa particular, não é uma empresa privada. Esse é um Poder Legislativo, que nós recebemos esse mandato, para cumprir por quatro anos, e em hipótese alguma eu me dirigi a um membro dessa Casa, dizendo que ele aqui faz, é, desta Casa o seu emprego ou faz uso de seu salário para sua sobrevivência. De forma nenhuma, porque eu conheço Vereador Antonio Romero Pollon, que já está aposentado por quatro ou cinco vezes nesse Legislativo e tenho certeza eu, que jamais ele não

Antonio Romero Pollon



Câmara Municipal de Caieiras

depende do salário dessa Casa de Leis para sua sobrevivência. O Vereador Antonio Romero Pollon, solicita um aparte para o Vereador Milton Valbuza Silveira, o qual concede, sendo que o Vereador Antonio Romero Pollon, pronuncia-se nos seguintes termos: Vossa Excelência não está falando a verdade, existe aposentadoria de Vereadores? O Vereador Milton Valbuza Silveira, responde que não. O Vereador Antonio Romero Pollon, diz que conta com sua aposentadoria, porque trabalhou trinta e seis anos e meio, dentro de uma iniciativa privada, mas de Vereador não sou aposentado cinco vezes não, Vossa Excelência está enganado e outra eu não tenho idade pra isso, ainda sou Jovem.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, continua dizendo que pelo tempo que Vossa Excelência está nessa Casa de Leis e não estou dizendo que o senhor recebe aposentadoria nessa Casa de Leis, e na verdade tenho a certeza que Vossa Excelência trabalhou numa empresa privada e seu aposentou nessa empresa privada e hoje eu não posso dizer que o senhor faz disso um robe, mas o senhor faz com prazer porque o senhor gosta do município que o senhor legisla, porque o senhor gosta do município que o senhor mora. E o mesmo posso dizer aos senhores Vereadores, porque todo mundo tem seu emprego, tem a sua função, tem a sua atribuição e senão o tiver talvez, seja até pela infelicidade de perder o emprego, mas tenho a certeza de que todo mundo aqui foi trabalhador. O que não é o caso de pessoas que já passaram por esta Casa de Leis. Eu gostaria de mencionar o seguinte, com relação ao que se fala em perdão, eu até parabeno o Vereador Pisquilha pelo fato de perdoado será aquele que na verdade vem e pede. Que reconhece o erro, e eu acho até que merece o perdão, porque a pessoa ela tem que ter a capacidade, a honestidade de reconhecer o seu erro. Agora eu faço uma pergunta aqui não só para os Vereadores como até para a platéia aqui presente. Essa Comissão de Inquérito ela teve por intuito em apurar algumas irregularidades com relação a construção daquela pré-escola. Agora pergunto eu, qualquer pessoa em sã consciência, que contrata um engenheiro, uma construtora para fazer uma obra. Eu gostaria que qualquer pessoa aqui presente, se colocasse no lugar da municipalidade, que fizesse ou procurasse fazer uma obra com recurso próprio às expensas do seu dinheiro, no valor de um milhão e setecentos mil reais e que aí o engenheiro responsável fosse chamado, ou que ele viesse a pessoa de qualquer particular e comunicasse essa pessoa, olha, eu gostaria que o senhor mandasse o construtor paralisar a sua obra, porque ela está na eminência de cair, após ter pago mais de um milhão de reais, eu gostaria de saber o que essa pessoa faria, ela mandaria parar a obra? ela chamaria a pessoa a responsabilidade? ou ela simplesmente mandaria parar a obra porque o dinheiro não é dela? e falaria, olha, eu estou mandando parar a obra porque está na eminência de cair e existe várias colunas com fissuras, vigamentos tortos, pilares fora de prumo, amassamentos de paredes, vitrôs caindo e eu gostaria que essa obra fosse paralisada agora. O que que essa pessoa faria? iria procurar o seu direito, até de se ressarcir do dano que essa pessoa vem lhe causando. Agora eu gostaria de fazer

Antonio Romero Pollon



Câmara Municipal de Caieiras

uma pergunta: qualquer um que estivesse fazendo uma obra dessa, teria a coragem se fosse o seu dinheiro particular, paralisar a obra e momentos depois efetuar um pagamento de duzentos e quinze mil reais para uma empresa que está fazendo uma obra que está caindo? será que se fosse o dinheiro particular da gente a gente faria isso? eu acho que não. E eu aqui me sinto como se o dinheiro fosse meu, porque eu pago meu imposto aqui no Município. A minha família toda paga seus impostos, todo munícipe que mora, reside aqui no Município e que tem a sua propriedade, paga seu imposto. E pra ele pagar o seu imposto, ele logicamente quer que seu dinheiro seja bem administrado, porque é o povo que está pagando. É como se fosse um particular, nós mesmos eu estou procurando zelar até pelo que é meu, é um direito meu. Agora que mal existe um Vereador aqui nesta Casa, pedir uma informação ao Departamento de Obras da Prefeitura, o Departamento de Obras não informar o que realmente a gente está pedindo, até com intuito da gente ter que elaborar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essas irregularidades e na verdade essas irregularidades foram apuradas. E existe irregularidades, porque se não existisse, não haveria aditamento a contrato, a obra não custaria um milhão e setecentos mil reais, que era pra ser terminada em outubro do ano passado e não foi terminada. E já está praticamente paga ou será que vai ter que se pagar mais alguma coisa? Eu fiz um levantamento e tomei a liberdade de consultar e qualquer um aí sabe, aí na banca de jornal, qualquer coisa, compra aquela revista de construção, lá existe até uma tabela por metro quadrado de construção, tipo a, b, c. Uma construção do tipo daquela, hoje ela custaria em torno de quatrocentos e cinquenta a quinhentos reais o metro quadrado. E nós estamos pagando por um construção, por uma obra de luxo, cerca de oitocentos reais o metro quadrado. Agora, este Vereador está errado? Os Vereadores que estão aqui nesta Casa de Leis, para poder preservar o patrimônio público, o dinheiro público está errado? Os membros desta Comissão estão errados? Não. Eu gostaria sinceramente, que alguém chegasse pra mim, e me provasse ao contrário. Me mostrasse com dados, com documentos que aquela obra não foi super-faturada, que aquela obra foi feita de acordo com o contrato, que foi cumprido o contrato, que não se estragou material de construção, que não foi aditado o contrato, que não foi aumentado o valor de pagamento da Obra. Eu gostaria que alguém chegasse e me mostrasse e provasse pra mim, falar olha Milton, você está errado, aí sim eu vou pedir perdão. Talvez, até eu seria perdoado por todos vocês que estão aqui. Mas eu gostaria que isso acontecesse no dia de hoje. Eu retorno mais tarde.

O senhor Presidente informa que havendo mais tempo hábil para o Tema Livre, tendo em vista o Expediente ser reduzido a trinta



Câmara Municipal de Caieiras

minutos, conforme artigo 183, do Regimento Interno da Câmara, passa-se imediatamente à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Por determinação do senhor Presidente, tem início a apreciação da seguinte matéria:

*1. Projeto de Lei nº 3.065/97, do senhor Prefeito Municipal, dispondo sobre Aprova o Orçamento do Município para 1998 e dá outras providências. Com o Parecer Favorável da Comissão de Finanças e Orçamento, é o Projeto colocado em discussão. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo colocado em votação, sendo aprovado **em segunda discussão**, pelo "quorum" de nove votos favoráveis e três votos contrários. Votaram favoráveis à aprovação do Projeto os Vereadores: Jesuito Guedes dos Santos, José Carlos Gonçalves, José Luiz de Abreu, Maria José de Mello Manzanares, Milton Valbuza Silveira, Osmário de Oliveira e Silva, Paulo do Carmo Monteiro, Pedro Siqueira e Roberto Fávero. Votaram contrários à aprovação do Projeto os Vereadores: Antonio Romero Pollon, José Bispo dos Santos e Mercedes Sartori Fiore.*

2. Projeto de Resolução nº 510/97, da Comissão Parlamentar de Inquérito, dispondo sobre Aprovação do Relatório Final de Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor Presidente determina ao senhor 1º Secretário, que faça a leitura do Projeto, do Relatório, bem como dos respectivos Aditamentos. Após a leitura, o senhor Presidente oferece a palavra, a Relatora da Comissão, por quinze minutos. A Vereadora Mercedes Sartori Fiore, Relatora da Comissão, levanta Questão de Ordem e solicita ao senhor Presidente, permissão para que possa ceder o seu tempo de discussão, para o Presidente da Comissão, Vereador Milton Valbuza Silveira. O senhor Presidente defere o requerido pela Vereadora. Para discutir o Projeto, o Vereador José Carlos Gonçalves, Membro da Comissão, que se manifesta da seguinte forma: Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Amigos presentes. Eu volto a essa Tribuna, para relatar alguma coisa sobre essa C.P.I.. Desde o primeiro dia que adentrei a essa Casa, tomei posse dia quatro de fevereiro, como já disse aos senhores, meu tema, mesmo sem salário, posso ficar quatro anos sem salário, vai ser esse. Não importa salário, o que importa é dignidade, responsabilidade com o que a gente deve ter não só com os eleitores mas com os munícipes. Como já é de conhecimento dos senhores, já foi feito a leitura do Relatório da Comissão



Câmara Municipal de Caieiras

Parlamentar de Inquérito, que esse nobre Vereador tem terminado de ler. Fica muito difícil, que ainda existem pessoas que comentam que o Vereador não faz nada, que o Vereador não trabalha, mas é numa hora dessa, que a gente sente a responsabilidade de cada senhores aqui. Porque é muito difícil, como já disse, as pessoas são amigas, as pessoas somos como dizem irmãos, que é o mandamento, que temos que ser irmãos do outro. Mas só que no lado profissional, no lado do trabalho, no lado que nos compete como Vereador, temos que nos responsabilizar pelos atos, e, nesta Casa então adentrou essa Comissão, esse Relatório já era para ter sido aprovado meses atrás, não houve possibilidade, e hoje então vai ser votado esse Relatório. Com já foi lido no Relatório, foi feito dezessete perguntas aos senhores que foram indiciados, tanto a Conecta, como a Ápice, a Comissão de Obras, todos eles tiveram a oportunidade de não se defender, mas responderam, e também se defender, porque não. Foi respondido todas as perguntas que foram a eles feitas. Alguém ainda não satisfeito, só com o Boletim, o Relatório, ainda gravou com todo o direito. Então demos o direito de, porque não dizer de defesa. Porém, uma das perguntas que fiz para a Presidente da Comissão, perguntei se na época não havia um terreno plano no centro de Caieiras para se começar uma obra de tamanha envergadura, quase três mil metros de construção. Então foi me respondido até com arrogância, dizendo que isso era de competência do Prefeito. Porém, foi começado então a obra, a construção nesse terreno, como já disse aqui umas vezes que não poderia nem plantar chuchu ali. Porém foi dado início a essa obra e o que a gente nota nesse Relatório Final, que foi até dia dois de setembro de nove e seis, que foi necessário que a Conecta, que fez o papel, que fez o Projeto, ela não botou cimento lá, ela não botou concreto lá, ela não botou ferro, foi necessário que essa empresa fizesse junto a Prefeitura Municipal de Caieiras, protocolasse um pedido de paralisação, porque a obra não estava a contento. Mas o interessante, como os senhores já ouviram o Relatório, é que até a quinta medição essa Comissão de Obras, como Presidente, seus Membros, eles não perceberam as irregularidades, de tanta pressa de se receber essas parcelas. Dia dois de setembro foi protocolado na Prefeitura, dia dez de setembro a Comissão de Recepção de Obras Municipais, emitiu um Laudo de Vistoria, nada opondo quanto a liberação de duzentos e quinze mil reais, como já disse o Vereador, à favor da Ápice. Todas as medições que foram feitas, todas a primeira, a segunda, a terceira e a quarta e a quinta, nada a opor quanto a construção. Ora, agora, alguns Vereadores me procuraram dizendo que só a Ápice que está sendo julgada, só a Engenharia, só a Comissão. Não senhores. A Conecta, nos temos todos os documentos em mãos para quem quiser analisar. Como já disse, a Conecta entrou com o pedido de paralisando da obra, a Conecta entregou o Projeto na Prefeitura dia, esqueci de pegar aí, tá, dia, bom quando foi entregue o Projeto pela Conecta a Comissão de Obras, foi, em casa entregue, eu tenho que conferi e depois assinar, foi o que fizeram na Prefeitura. Receberam os Projetos, assinaram o Projeto, nada a opor quanto a liberação do pagamento, às últimas folhas lá. Então o interessante, que baseado nessas cópias, baseados nesse documento, nós não



Câmara Municipal de Caieiras

tínhamos como, colocar essa Conecta dentro desse Relatório. Vejam bem, ela mesmo entregou e a própria engenharia, a própria Comissão é, recebeu tudo dizendo que estava tudo a contento, sem nada a opor quanto a liberação da verba. Duas ou uma, ou não analisaram os Projetos, para depois vim dizer que tinha feito subdimensão e tanta coisa e tanta coisa. Então, a gente tem as cópias aqui de todos aditamentos né, então está aqui, primeiro aditamento, dia dois de maio, portanto nada tem a opor quanto a liberação, com a primeira medição, quanto a liberação de cinquenta e um mil reais e quatrocentos e setenta e oito, dia dez de maio foi pago, constatarem as obras encontrando andamentos realizado a contento, portanto, nada tenho a opor quanto a liberação da segunda medição, valor recebido duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito e quatorze centavos, foi pago dia vinte e um de junho de noventa e seis. Outro Laudo de Vistoria da terceira medição, nada a opor quanto a liberação da terceira Medição, tudo a contento, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e um, foi pago então em julho de noventa e seis. A quarta medição, os Membros da Comissão de Recepção de Obras Públicas, sobre o regime e assim por diante, nada contra a liberação da quarta medição, valor duzentos e quarenta e três mil, cento e setenta e um e quatorze, foi pago vinte e três de agosto de noventa e seis. A quinta medição que foi alvo que o Vereador já mencionou aqui, que nos deixa perplexo é que, dia dois de setembro a Conecta pediu a paralisação, dia dez eles estiveram lá, como eu já li, tudo a contento. E no dia vinte de setembro, vinte de setembro, dez de setembro, tudo a contento para que se pagasse a última verba de duzentos e quinze mil reais. Então, só que a Comissão de Obras entrou aí, com o pedido para paralisar a obra, só que no mesmo dia liberou essa verba. Sendo que a lei, a lei ela é clara, oito mil seiscentos e sessenta e seis, ela diz que: qualquer prejuízo, qualquer problema com a obra, que está sendo realizada, tem que ser embargada e não pode ser pago mais. É aí, é a contratada que tem que se responsabilizar com os prejuízos. E não a Prefeitura. Mas o que me deixa mais é, pensativo nesse caso, é que a nossa Lei aqui, essa Lei a oito mil seiscentos e sessenta e seis, tem uns artigos que diz o seguinte: Artigo 66 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada um pela uma pelas conseqüências da sua inexecução total ou parcial. Artigo 67 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração, especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los, de informações pertinentes a essas atribuições. Inciso I - O representante da administração, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observado. Artigo 69 - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir as suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. O Artigo 70 - O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros,

*Assinado
P. Delenc*



Câmara Municipal de Caieiras

decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo interessado no caso, a Comissão de Obras. Então fica claro aqui, e o que mais nos deixa perplexo e é estranho, que três anos e meio que trabalhamos ali, sempre nós observamos isso daí, como já foi dito nessa Casa. Não se tem mais planta popular, não se tem mais regularização, não se tem mais nada popular. E as vezes a gente alguém dizer assim, que tinha que tratar de assuntos da Prefeitura, só que esse prédio já tava sendo construído e eu pergunto aos senhores: onde é que estava esse pessoal que dizia que não podia liberar planta, projetos nenhum popular, e atender os munícipes de acordo, porque tinha que cuidar dos interesses do Município. E eu pergunto então, onde é que estava essas pessoas que deixaram acontecer isso daí. Todos os senhores Vereadores aqui foram visitar essa obra, todos passaram por lá, inclusive a primeira dama, senhor Pedro Siqueira, senhor Osmar, senhor José Bispo, dona Mercedes, estivemos na Obra. E a obra estava caindo. Tiveram a capacidade, eu não sei, eu não sou engenheiro, mas a gente notou coisas lá inadmissível. Cortar uma coluna de sustentação para se passar um conduíte, cortar as colunas, as vigas das lajes de cima do piso, cortar aquelas vigas para se passar conduíte, isso é coisa de brincadeira. Isso não é coisa séria, de homem de gente competente, para assumir um compromisso desse. Eu fiquei pensando a noite passada, que Deus é tão bom, Deus é tão bom, Deus é tão infinito, eu até tenho pedido a Deus com relação à vida, com relação a administração do senhor Prefeito, Pedro e dos demais Vereadores desse Município, porque se naqueles dias não tivesse chovido, se não tivesse chuva, o prédio já teria caído, se não tivesse. Porque eles iam rebocar, eles iam rebocar tá, porque começaram parar porque começou ruir toda a terra com a chuva, então foi parado a obra. Porque não tinha mais como. Agora se não chovesse, iam passar um reboquinho em cima daquelas colunas, daquelas colunas que fizeram que é uma vergonha. Hoje estão fazendo umas colunas assim, mas o coitado do Prefeito está pagando de novo. Então, eu fiquei pensando, choveu pra cair antes que tivesse duzentas ou trezentas crianças lá dentro. Então Deus é bom e é infinito, pela sua bondade é que escaparam dessa situação e a nossa Administração também, com o Prefeito junto, porque se acontece isso, teríamos um prejuízo muito mais sério, não só esses valores de hoje mais ou menos, isso vai passar de dois milhões de reais. Porque não está nem na metade a obra, nem na metade a obra e já foi um milhão e setecentos mil reais, então quando se terminar isso aí, vai ficar difícil, já está difícil a Prefeitura, já está difícil a situação né. Então meus senhores, o que eu tinha a dizer sobre este assunto era isso daí. Eu espero, não estamos aí para acusar, isso aqui não é o julgamento, o que nós temos é o senhor Presidente, não júri, nos temos Secretários, né, e os senhores Vereadores. Nos estamos aqui e inclusive no Relatório está escrito: aconselha-se ao senhor Prefeito, aconselha-se, não está escrito que estamos julgando ninguém, mas que seja feito a justiça e que os senhores levem em conta essa situação, porque como já foi falado, nós não estamos aqui para brincar, nós não estamos aqui para fazer a vontade de meia

*Assinado
Z. Belon*



Câmara Municipal de Caieiras

dúzia de pessoas, porque mandam, porque têm dinheiro, por tem não sei o que, não senhor. Nós estamos aqui para fazer nosso trabalho e talvez depois, quem não votar, ou cada um tem a sua compreensão a sua atitude, o seu parecer, e o seu compromisso de votar. É problema de cada um e eu só estou dizendo isso, para amanhã ou depois, amanhã ou depois, não venham as conseqüências, muito obrigado.

Para discutir, o Vereador Milton Valbuza Silveira, que se manifesta nos seguintes termos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Prezada Assistência: Gostaria de parabenizar o Vereador Pisquilha, pelo belo explanamento que fez, muito embora até foi indagado o porque ele não falava nada durante a Comissão. Eu o parabenizo, porque o Vereador tem que demonstrar o seu trabalho, perante a Comissão e não perante as pessoas que o indagaram, bem como o caso da Relatora a Dona Mercedes, e eu parabenizo também, pelo brilhante trabalho que fez, pelo trabalho, pela visitas as obras, pelos interesses em procurar saber com relação ao que estava fazendo ou deixando de fazer. Senhor Presidente, muito embora eu tenha os trinta minutos, mas irei fazer o possível para que esse prazo seja bem reduzido. Eu gostaria de esclarecer senhor Presidente, muito embora eu fui o autor do requerimento o qual solicitava a Comissão de Inquérito, Parlamentar de Inquérito, e obviamente por ato desta Mesa, quem o faz o requerimento, normalmente é nomeado o Presidente. Eu até gostaria que fosse nomeado outro Vereador, para até que não causasse ou não pairasse qualquer dúvida, com relação a este Vereador. Eu gostaria de esclarecer senhor Presidente, que nós nos atentamos simplesmente a ouvir as pessoas que foram convocadas para a inquirição da Comissão de Inquérito. E em hipótese alguma, esta Comissão, ela influenciou, ou induziu os depoentes para que prestassem as informações a qual foi lhe perguntada. Tanto é verdade, que nos demos a inteira liberdade de qualquer pessoa inquirida, que viesse acompanhada até do seu advogado, como também, até foi permitida a gravação das perguntas e respostas. Em momento nenhum, nos deixamos de atender, ou de ouvir, ou até de receber documentações que viesse até colaborar com o nosso trabalho. Tanto é verdade, que na inquirição nós ainda perguntamos se alguém tinha algum documento a juntar com o seu depoimento. E na verdade senhor Presidente, nós ouvimos todas as pessoas que nós achamos que fosse necessário, para colher os dados necessários para o relatório final, algumas até nos dispensamos o depoimento por se tornar cansativo e muito longo. E as partes principais que nós achamos que devia ser inquiridas, foi a Conecta, que foi a empresa que elaborou o Projeto, a Construtora Ápice, que foi a empresa responsável pela construção, pela obra, pela execução da obra e as pessoas que faziam parte da Comissão de Recepção de Obras. Agora pergunto eu senhor Presidente e aos senhores Vereadores também: Quando da inquirição dos membros desta Comissão, a senhora Presidente da Comissão nos disse que, ela simplesmente, os membros da Comissão simplesmente fizeram as vistorias necessárias para as obras, aliás para a obra, ou seja, foram

Milton Valbuza Silveira



Câmara Municipal de Caieiras

as cinco vistorias que fizeram. E foi indagada se com frequência o Departamento de Fiscalização e Obras da Prefeitura acompanhava aquela obra. E na verdade, foi respondido negativamente, que não. Que simplesmente a Comissão, na época de sua medição e avaliação, era reunida a Comissão para se fazer tal vistoria. Após essa inquirição, veio o Diretor de Engenharia da Prefeitura, e a mesma pergunta é feita ao mesmo, ele me disse que os membros da Comissão, com frequência faziam vistorias a obra, além das medições necessárias, que era uma obrigação, do Departamento de Engenharia da Prefeitura. Ora meu Deus do céu, fazia ou não fazia? Pergunto aos membros da Comissão de Recepção de Obras, um é engenheiro agrônomo, não entende nada de construção civil, o outro é advogado, logicamente estaria lá, ou foi nomeado para participar dessa Comissão simplesmente pelo fato de acompanhar contratos e documentos. Então quer dizer, a única responsabilidade seria de quem? Do Departamento de Engenharia da Prefeitura que não fiscalizou, que não tinha as pessoas responsáveis na época para verificar o dano que estava sendo causado ao Município. Agora veja bem os senhores: Essa obra foi contratada pelo valor de um milhão trezentos e sessenta e nove mil reais, e essa obra era pra ter o seu término em outubro de 1996, o ano passado. Em outubro de 1996, já havia sido paga a totalidade da obra, ela não estava terminada, embargada, paralisada pelo fato de que havia sua má execução e após isso, quem foi que tomou as providências necessárias e cabíveis? Do Poder Executivo? Ninguém. Da responsabilidade do Departamento de Obras da Prefeitura? Nenhuma. Teve que um terceiro oficiar o senhor Prefeito para que paralisasse essa obra, porque a obra estava praticamente caindo. E pela infelicidade, não sei se é felicidade ou infelicidade, como falou o Vereador Pisquilha, essa obra depois que a sua estrutura, o seu esqueleto todo levantado com aquelas caixas enorme sem cima do prédio, um peso absurdo, vindo as chuvas, o que aconteceu? Começou a se formar erosões no terreno. Ai sim, foram ver que realmente a obra estava subdimensionada, que tinha erros de cálculo estrutural. Meu Deus do céu, será que depois da obra quase pronta é que foram verificar isso daí? Será que se não chovesse essa obra teria sido terminada em outubro? Será que agora, depois de janeiro, fevereiro, quando se começasse o ano letivo, se colocasse lá dentro trezentas crianças, e viesse aquele período de chuva e o prédio desabasse em cima daquelas crianças, quem que seria o responsável? Os Vereadores, que não fiscalizaram? O engenheiro responsável pelo projeto? A construtora pela execução da obra? ou a administração pública que não fiscalizou a obra. E digo mais, após isso, vem a nova administração, o Prefeito Pedro Sérgio Graf Nunes, sabendo que o prejuízo do executivo seria muito maior, o que que acontecesse: Se viu na obrigação de reparar um dano, que não cabe nem a responsabilidade dele. Tanto é verdade, que quero até isentá-lo de qualquer coisa que possa porventura surgir. Ele ter que fazer um aditamento ao contrato na ordem de vinte e cinco por cento e mais trezentos e trinta mil reais, para se reforçar uma estrutura de uma obra daquele tamanho. Quem é que garante que aquela obra sendo reforçada da forma que está sendo reforçada, pelas fissuras que



Câmara Municipal de Caieiras

houve nas colunas, nos vigamentos, as colunas fora de prumo, como qualquer um que pode enxergar, uma pessoa que tenha a visão praticamente meia perdida, ele vai ver por vulto que aquelas colunas estavam fora de prumo. Será, será que alguém do povo, alguma família, vai pensar um pouquinho só, pra colocar uma criança dentro daquele prédio? Sabendo de tudo que aconteceu? Será que aquele prédio hoje, tem a garantia de que vai ficar bom? Mesmo sendo acompanhado pelo I.P.T.? E qualquer cego vê, que uma obra daquele tamanho, construída naquela barroca, não foram feito brocas manuais, não foi feito nem, eu não acredito que foi feito um estudo de fundação, que foi feito um serviço de bate estaca, que foi reforçada a fundação daquela obra pra suportar o peso daquilo lá. Tanto é verdade que impludiram as caixas d'água. Porque senão a obra não suportaria aquele peso. Agora, eu digo mais, será que a responsabilidade vai vir em cima da Câmara? Será que nós Vereadores, temos a responsabilidade disso? Temos sim, nos temos a responsabilidade de fiscalizar sim, nós temos a responsabilidade de ouvir as pessoas que param a gente na rua e indagam? Viu, o que que é que o senhor está fazendo a respeito daquela obra que está caindo? E quando eu sair na rua, eu tenho que responder a essas pessoas. Olha, realmente, eu verifiquei a obra realmente estava com problema, estava com fissuras, com risco de desabar, mas nós procuramos pelo menos um remédio, tomar uma providência. Apurar a responsabilidade, porque a própria lei diz, o Vereador Pisquilha muito bem é, disse a respeito da Lei. Agora, quem é que vai pagar por isso, é a administração pública? É o povo? Ou serão os responsáveis por todo esse processo dessa obra. Eu não quero julgar aqui, esse ou aquele, dizer olha, quem tem que devolver o dinheiro é a Conecta, é a Ápice, é os responsáveis pelo Departamento de Obras da Prefeitura, ou julgar até que a própria administração anterior ficou de olhos vendados, e deixou passar batido para a administração atual resolver esse abacaxi. Alguém vai pagar, e quem vai pagar? É o povo. Somos nós mesmos que vamos pagar por isso tudo. Então eu digo mais senhores Vereadores, eu acho que nós temos que fiscalizar como se fosse uma obra particular nossa. Nós temos que zelar pelo aquilo que nos merecemos, ofereceram a confiança nossa, e nos temos que ser dignos dessa confiança que foi oferecida a nós. Eu não quero aqui tecer, ou deixar a culpa a quem quer que seja. Tanto é verdade, que simplesmente o fato da gente estar apurando, ter um relatório. Tanto é verdade, que nós recebemos até um Mandado de Segurança. Uma Liminar retirando até o Relatório da pauta de votação. Meu Deus do céu, se eu não tenho culpa de nada, eu não estou sendo processado por nada, pra que eu vou a justiça para querer me defender? De uma coisa que eu não tenho nada a temer, se eu fiz certo, eu vou logicamente, bater na tecla, que eu fiz certo. E se a justiça, amanhã ou o Tribunal de Contas, ou seja lá quem for, o Prefeito por um ato administrativo fazer uma Comissão de Sindicância e apurar responsabilidades, aí sim, eu acho que a pessoa tem o direito de defesa. Aqui, nós não acusamos ninguém, nós não jogamos a responsabilidade impondo a devolução do dinheiro ou o ressarcimento do prejuízo a quem quer que seja. Nós simplesmente apuramos a responsabilidade. Agora, cabe ao Poder Judiciário, cabe



Câmara Municipal de Caieiras

ao Tribunal de Contas, cabe ao Poder Executivo, apurar realmente quem tem que ressarcir o Município. Tanto é verdade que, a própria justiça corrigiu a sua falha, "trata-se de uma matéria interna corporis da Câmara". Tanto é verdade, que não influenciou em nada, cabe a Câmara, apurar e passar a responsabilidade a quem de direito. E cabe as pessoas responsáveis pelo dinheiro público apurar e saber quem na verdade tem que indenizar a Prefeitura. Eu acho, que nós não devemos de forma nenhuma, arcar com ônus dessa responsabilidade. Eu acho que nós não temos de forma nenhuma, ter que engolir mais esse sapo. Tanto é verdade que táí, ó, mais uma outra, tem uma outra obra aí, que era para ser inaugurada, que não sei o que, não sei que lá, uma obra vultuosa, e está aí, parada. E quem é que está pagando por isso? É o povo que está pagando. É o povo, e ninguém toma providência nenhuma. É gostoso trabalhar com o dinheiro dos outros. É gostoso gastar o dinheiro dos outros. Fazer festa, fazer festa às custas do dinheiro público, é fácil. Eu gostaria de ver uma pessoa fazer festa com o seu próprio dinheiro. Eu gostaria até senhor Presidente, de solicitar a Vossa Excelência, e tenho certeza que os senhores Vereadores, eles devem ter toda documentação em mãos e já até verificaram toda essa documentação enviada a esta Comissão, e até, eu gostaria até de frisar novamente, e bater naquela tecla de que quando se acha um erro não se paga pelo erro. O que foi o caso do pagamento total, final daquela obra, depois de paralisada, depois de Laudo do I.P.T., depois de é, ofício do engenheiro responsável pelo Projeto. Como é que pode, uma pessoa sabendo, que a obra está praticamente prestes a cair, como é que pode esta mesma pessoa, oficiar a construtora para parar o obra e no mesmo tempo liberar o pagamento final da obra. Então, eu gostaria de deixar aqui, a responsabilidade dos senhores Vereadores, cada um, tem a sua opinião com relação ao Relatório, com relação a esse trabalho, eu tenho certeza de que esse trabalho não foi feito em vão. Eu tenho certeza de que aprovado ou rejeitado, alguém vai tomar uma providência. Eu tenho certeza que alguém interessado poderá até entrar com uma ação popular. E tenho certeza que isso não vai ficar em brancas nuvens. Tenho certeza que isso tem que ser resolvido, arda a quem arder. Mais o Município não pode tomar um prejuízo desse valor absurdo que foi pago por essa obra, porque dava pra se fazer praticamente duas escolas iguais aquela, com o mesmo valor, se fosse feito num um terreno, como o Vereador Pisquilha falou. Um terreno plano. Aquilo é uma tamanha falta de irresponsabilidade das pessoas que assumiram o papel de administrar aquela obra. E pra finalizar senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência, então, cópia do inteiro teor do Processo da Comissão de Inquérito, autenticada, devidamente autenticada, caso ela venha a ser aprovada ou rejeitada, para que essa Comissão possa tomar as providências necessárias e cabíveis. Meu muito obrigado.

*Assunto
Pisquilha*



Câmara Municipal de Caieiras

O senhor Presidente informa que para discutir, cada Vereador tem dez minutos. O senhor Secretário irá fazer a chamada por ordem alfabética.

Para discutir, o Vereador Antonio Romero Pollon, que se manifesta nos seguintes termos: eu gostaria apenas de fazer um pequeno comentário, e fiquei ouvindo a explanação do Vereador José Carlos Gonçalves, como também fiquei prestando muita atenção na explanação do Vereador Milton Valbuza, Presidente dessa Comissão de Inquérito. Veja bem, citou aí o Vereador José Carlos Gonçalves, de que será que não teria um terreno melhor pra que fosse construído aquela escola? Hoje não existe mais terreno acidentado, não existe mais terreno pantanoso, não existe mais nada disso. A ponte Rio - Niterói foi construída sobre o mar com treze quilômetros de extensão. Isso significa que não mais existe terreno pantanoso, terreno acidentado não. Não concordo com o Vereador, se aquela escola poderia ser construída num terreno plano. Não. Veja bem, também não concordo de que a obra quase caiu. Quase. Não chegou a cair. Veja bem, a poucos dias, nós tivemos a oportunidade de ver através da televisão, que em São José do Rio Preto, caiu uma torre com dezessete andares.

O Vereador José Carlos Gonçalves, solicita ao Vereador Antonio Romero Pollon, aparte, se manifestando nos seguintes termos: quando eu mencionei sobre a área, mesmo que fosse comprada a área, por duzentos mil reais, que é um preço alto, que existem essas áreas. No centro. Ainda ficaria bem mais barato, bem mais em conta, e as crianças, já estariam ocupando esse espaço. Quanto a ponte Rio- Niterói, certamente foram construída por pessoas competentes. O Vereador Antonio Romero Pollon, pergunta ao Vereador José Carlos Gonçalves, se não foi pela Conecta. O Vereador José Carlos Gonçalves, responde que não foi pela Ápice. O Vereador Antonio Romero Pollon, responde: tá bom pensei que tinha sido pela Conecta.

O Vereador Antonio Romero Pollon, continua a discussão do Projeto de Resolução: Agora, o que está me causando estranheza também, que a Conecta aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, é um anjo-da-guarda, nada, ela não fez nada de errado. Simplesmente ela projetou, deu na mão da construtora e falou olha, eu quero que você me faça isso. Se ela projetou uma coluna com vinte centímetros de largura e teria que ser no mínimo cinquenta centímetros, então alguém deve ter projetado errado esta construção. Então a Conecta aí nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, aliás, eu quero parabenizar essa Comissão, pelo tempo que gastou ouvindo o depoimento dessas pessoas. Agora, não significa que Conecta é boazinha. E o senhor Prefeito, sabedor que ele ia ter que prestar conta ao Tribunal de Contas dessa obra, quando que ele aplicou mais de trezentos e poucos mil reais, de imediato ele pediu para o Departamento Jurídico, que abrisse um processo contra a Conecta. Então já existe um processo contra essa firma que projetou esse prédio.

Antonio Romero Pollon



Câmara Municipal de Caieiras

O Vereador Milton Valbuza Silveira, solicita ao Vereador Antonio Romero Pollon, aparte, se manifestando nos seguintes termos: Eu gostaria até de talvez Vossa Excelência deve estar bem ao par, do que ocorreu ou até porque é, entraram com ação contra a empresa Conecta. E na verdade, a empresa Conecta, ela foi chamada sim, a Comissão Parlamentar de Inquérito e inclusive, foi por duas vezes. A primeira vez ela não atendeu o Ofício da Comissão de Inquérito para que fosse interrogado o senhor Diretor. E eu na verdade, mandei um outro Ofício, remarcando uma nova data, inclusive ameaçando por via judicial. Foi quando eles compareceram a esta Casa de Leis, para prestar os seus depoimentos. E na verdade, esta Comissão, eu simplesmente sou um Vereador, sou advogado, eu não entendo de obras, mas eu sei ler. A Conecta foi a única empresa, a única empresa, que se preocupou com o caos dessa obra. Foi a única empresa que, forneceu um Laudo e não foi um Laudo dirigido pra essa Comissão não. Tá, porque este Laudo, está datado de nove de setembro de noventa e seis. Na época da paralisação da obra. E ele apresentou o Laudo, na verdade, ele não está, ele simplesmente está dizendo que a obra estava sendo má executada e apresentou todos os defeitos da obra, com fotos. E está aqui as fotos, coloridas, para quem quiser ver. Quer dizer a construtora, na verdade, ela esteve aqui, debochou da Comissão de Inquérito e não apresentou um documento sequer. Tanto é verdade, que ela se recusou a apresentar documentos a Comissão de Inquérito. A construtora Ápice. Agora, digo mais, porque que a empresa Conecta, hoje talvez, até venha a responder um processo, talvez até venha, mas baseado em que, baseado em que? Se a própria responsabilidade da administração pública, a própria administração pública, ela não fez nada. Ela simplesmente se baseou num Laudo do I.P.T. e achou por bem processar alguém, alguém tinha que ser processado para lavar às mãos. E a coisa mais fácil que tem, é lógico, vamos processar lá o coitadinho que não tem um gato pra puxar o rabo, que simplesmente levou da administração pública para fazer e elaborar um Projeto, quinze mil reais. Num levou um milhão e setecentos mil reais. Então digo mais, quem é o responsável para receber um projeto, para examinar um projeto, pra saber se na verdade ele está dentro daquilo que foi exigido na licitação? Será que a Prefeitura não tem nenhum responsável? Será que ela não tem engenheiro? Então eu digo, contratou um terceiro para fazer pra que? É mais fácil. Vamos pagar, é mais fácil, o dinheiro não é meu. Agora, jogar a responsabilidade é fácil, agora apurar os fatos que é o difícil. E eu tenho certeza, como eu sempre falei, a justiça, ela tarda, mas ela não falta e nem falha.. E Vossa Excelência, até, eu acredito que até, saiba disso. Agora, ela na verdade, logicamente, ela vai responder um processo por que? Porque acharam por bem que deveriam processar quem? a Conecta. Por que que não chamaram, por que não processaram a Ápice? Que também tem os seus engenheiros, os seus arquitetos. Eles não viram que o Projeto estava errado? Quer dizer que uma pessoa responsável por uma obra desse vulto, ele sabe que ele vai receber um milhão e trezentos mil reais, e na verdade, eu gostaria somente para finalizar, nobre

Antonio Romero Pollon



Câmara Municipal de Caieiras

Vereador, eu gostaria até de deixar bem claro, o seguinte: que a única, a única pessoa que foi interrogada e que foi inquirida nessa C.P.I., e que teve a hombridade, a responsabilidade de trazer toda documentação e provar que na verdade a obra estava sendo má executada, foi a Conecta. E eu não sou nenhum juiz, nenhum engenheiro, para julgar uma empresa que elaborou um Projeto.

O Vereador Antonio Romero Pollon, continua a discussão do Projeto de Resolução nos seguintes termos: Bom do jeito que Vossa Excelência fez o uso do aparte, Vossa Excelência já está antecipando o parecer da justiça, que vai condenar a Conecta. Então é sinal de que a Conecta tem culpa no Cartório. Pela explanação de Vossa Excelência, quando me aparteou, claro que eu entendi, de que a justiça vai pegar simplesmente, vamos falar na gíria, um peixe pequeno.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, responde ao Vereador Antonio Romero Pollon, que Não. Não. O senhor não está entendendo o que eu quis dizer, eu estou dizendo que as pessoas envolvidas a empresa envolvida, a administração pública, certo, ela simplesmente achou por bem, em processar quem? Aquele que eles acharam melhor. Porque não fizeram nada para apurar responsabilidade. Porque na verdade, deveria ter sido feito uma Comissão de Sindicância, ter sido apurada a responsabilidade, para saber quem de direito iria ser processado ou não. Agora, eu tenho certeza absoluta e não estou dizendo que a justiça vai condenar a Conecta, ou a Ápice ou a Administração Pública, ou quem na verdade, é o responsável pelo setor da Administração Pública. Eu simplesmente estou dizendo, que a justiça vai verificar, quem na verdade é culpado. Agora eu entendo, que a empresa Conecta, é logicamente, ele deve ter o seu advogado e ele vai chamar quem? Vai chamar a lide a construtora, vai chamar as pessoas responsável pela fiscalização da obra, o Departamento de Engenharia da Prefeitura, vai chamar todo mundo a responsabilidade. Ou então, ele vai se declarar culpado. Caso ele se declare culpado, ótimo, a Prefeitura vai ter de quem tirar.

O Vereador Antonio Romero Pollon, continua discutindo o Projeto de Resolução: Veja bem, Vereador Milton Valbuza, eu acredito que para isso, existe a justiça e ela vai tomar providência. Quer seja contra a Conecta ou como Vossa Excelência acabou de, quando fez uso da Tribuna, de que vai enviar esse relatório ao Ministério Público, então vai ter um confronto. Então, é exatamente, então eu na minha opinião, vou deixar por conta da lei, para que tome essa decisão. Quem vai pagar? Não é verdade? Eu não sei quem vai pagar? Se é a Conecta ou se é a engenheira Solange, não vai caber a Justiça? Então eu prefiro que a Justiça determine quem é o culpado ou não.

Para discutir o Projeto, o Vereador Jesuíto Guedes dos Santos, que se manifesta nos seguintes termos: Senhor Presidente, Nobres Colegas,



Câmara Municipal de Caieiras

Amigos aqui presentes: Como eu disse, no Tema Livre, que retornaria a essa Tribuna para discutir este Projeto de Resolução, que finaliza os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. E, ouvi atentamente a cada pronunciamento dos nobres Edis que me antecederam. O Vereador José Carlos Gonçalves e o Vereador Dr. Milton Valbuza Silveira e o Vereador Antonio Romero Pollon. Eu também quero falar aquilo que nós temos de conhecimento. É, o Vereador Milton Valbuza, ele comentou, sobre desde seu início, quando foi feita esta Comissão, veio um requerimento e todos nós os Vereadores, eu creio que na maioria, nós demos o aval para que fosse instalado essa Comissão. E, foi se instalada, instalou-se no dia dois de abril de mil novecentos e noventa e sete. De lá para cá, a Comissão veio pegando os depoimentos das pessoas envolvidas. E o senhor Prefeito, como já foi falado aqui, ele fez o aditamento do dinheiro, Por que? porque já disse o Vereador Milton, que senão o prejuízo seria maior. Agora o que aconteceu? É, o Vereador falou sobre a fiscalização da Câmara, eu acho que é uma obrigação da Câmara, mas eu acho que tem várias obras nesta administração atual que eu nunca vi um Vereador sair daqui, para ir fiscalizar. Então, dá a entender que nós, da administração passada, fechamos os olhos, ou não quisemos acompanhar. Porque eu sei, que é uma obrigação do Vereador acompanhar obras. Mas nós vimos um dia desse, o senhor Prefeito fazer algumas obras aqui nesta estrada, e que nenhum Vereador foi lá fiscalizar. Por que? Porque era de interesse do povo, era de interesse público. Quando nós ficamos sabendo, deste trabalho que foi feito ali, entre as Rua Canadá, lá no endereço da EMEMI Tia Ilze, é, nós com muita alegria, recebemos a notícia que ia ser construída uma escola e que esta escola, ela iria trazer grande benefício aqui para nossa Cidade. Eu sei, que até pode ter sido até uma falha dos Vereadores em não acompanhar, porque nós vimos pelo lado social. O Vereador quando vê o Prefeito se dispondo juntamente com seus assessores, e construir algo que vem de encontro com a necessidade da Cidade, da Comunidade, então o Vereador recebe isso com muita alegria. E nós não íamos prever, que ia acontecer o que ocorreu, o que aconteceu, aqui nesta EMEMI. Por isso, é que a Câmara da 8ª Legislatura passada, talvez, não teve este cuidado. E também foi um ano eleitoral, fica difícil, muita das vezes, você acompanhar tudo na íntegra. E hoje nós estamos aqui, no início de mandato e nós vemos que, os Vereadores não acompanham também obras. Não acompanha, nós sabemos que tem obras, que tão sendo feitas, e não tem esse acompanhamento como se devia. Agora, como disse o Vereador Presidente da Comissão, eu creio também que ele não fez nada direcionado. Ele cita simplesmente a duas pessoas, chamando a responsabilidade das mesmas, por que? Porque são as pessoas técnicas, de tudo isso, de toda esta Comissão. Então, na realidade ele apontou várias vezes, citando até o nome de cada uma delas. E nós os Vereadores estamos aqui para que? Para votar, contrário ou favorável. E, eu gostaria antes de votar, justificar aqui o meu parecer, o que que eu acho. Eu disse no começo sobre o perdão, nós sabemos que a pessoa só é perdoado quando se arrepende. Os fingidos não vão adquirir perdão. Não adianta falar, só de palavras. É, Muita das vezes é



Câmara Municipal de Caieiras

fácil, chegar e pronunciar, não, eu estou arrependido. Eu acho um pouco até que faltou até humildade, como foi falado aqui, pelo Vereador José Carlos, das pessoas envolvidas, é conversar, informar, como foi falado aqui pelo Vereador Milton Silveira, dizer olha pessoal, na realidade nós fizemos, não tínhamos intenção de que esta construção viesse dar no que deu. Mas infelizmente, o ser humano ele é infalível, ele está sujeito a erros, o ser humano, ninguém aqui é falível, então nós muitas da vezes somos sujeitos, nós deparamos com tantas coisas nas nossas vidas, que você vem desagradar uma Cidade inteira. E muita das vezes, não é intencional. Eu tenho esta visão. Agora eu acho e acredito, que tanto o pessoal da Secretaria de Obras, como o pessoal da construtora, são pessoas idôneas, pessoas honradas que quiseram fazer o melhor, mas infelizmente não conseguiram. E deu no que deu. Então eu tenho, esta é minha visão. Agora, que tem que ser apurado responsabilidades, eu também creio que tem que ser apurado e torço para que as pessoas responsáveis venha a responder pelos seus atos. Porque como disse aqui o Vereador José Carlos, que foi por Deus que aquilo não caiu, porque choveu e apresentou os defeitos. Se tivesse concluído as obras, talvez, numa época de verão, talvez o problema fosse mais grave, porque viria ali acontecer uma tragédia, como aconteceu lá na Cidade de São José do Rio Preto, onde o prédio veio a desabar e todas os prédios vizinhos estão com as suas estruturas abaladas. Agora será que aquele pessoal ali fizeram também de propósito? E a terra era plana e caiu.

O Vereador Antonio Romero Pollon, solicita um aparte ao Vereador Jesuito Guedes dos Santos, manifestando-se nos seguintes termos: e sabe desde que ano começou a construção daquela torre? desde mil novecentos e oitenta e três. E Eu tive a oportunidade essa semana, de ver através da televisão, aquele programa Opinião Nacional, Heroldoto Barbeiro, trouxe o Presidente da Associação dos Engenheiros Construtores e o Heroldoto perguntou para ele: quem é o responsável? É claro que é o engenheiro que projetou. Não quero aqui, voltar a falar da Conecta, não, simplesmente foi essa resposta do Presidente da Associação. É o engenheiro que projetou a obra.

O Vereador Jesuito Guedes dos Santos, continua a discussão do Projeto: Eu acho que quando uma administração erra, todos nós erramos. Não é só o senhor Prefeito, não é só os que envolvem a administração. Todos os que estão envolvidos na administração, eles erram, erram. Agora muita das vezes, nós, eu vou votar o meu voto consciente, sem desejo de vingança com ninguém, foi falado aqui pelo Vereador, que ele não fez também neste propósito, ele fez para apurar as possíveis irregularidades.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, solicita aparte ao Vereador Jesuito Guedes dos Santos, manifestando-se nos seguintes termos: Vossa Excelência acabou de dizer que, tanto o Departamento Responsável da Prefeitura,



Câmara Municipal de Caieiras

como a Construtora, ou como a empresa que elaborou o Projeto, pode até ter o direito de errar. Mas eu acho, que nós não podemos de forma nenhuma, errar e fazer com que o povo pague por um erro. Eu acho que, uma empresa responsável, qualquer empresa idônea, idônea, responsável, ela paga pelo seu erro. Para isso ela está recebendo. Tanto é verdade, que o senhor vê, o ridículo que aconteceu. Uma obra no vultuosa no valor de um milhão e setecentos mil reais, a garantia de caução era de vinte mil reais, e apólice de seguro de vinte e cinco mil reais. Se essa obra cai, quem é que paga? O seguro? Vinte e cinco mil reais? Que que nós fazemos? Não paga nem a capinação do terreno. Nem o caminhão para retirar todo aquele entulho que caiu da obra. Então veja bem, alguém tem que ser responsabilizado pelo erro. Agora, nós não estamos aqui, não fomos eleitos para perdoar, a construtora, ou a empresa que fez o Projeto ou a responsabilidade do Departamento de Obras da Prefeitura, por um erro desse. Eu na verdade, eu não me considero que eu errei juntamente com a construtora, com a administração pública não. Eu não errei não. Isso daí eu tenho plena certeza, que eu estou tentando pelo menos corrigir, um erro, uma falha. Reparar o dano que foi causado ao erário público. Agora, eu não cometi nenhum erro, porque se eu cometer um erro, eu vou ter que pagar pelo meu erro.

O Vereador Jesuíto Guedes dos Santos, continua d discussão do Projeto de Resolução: Quando eu disse que todos erraram, porque Vossa Excelência tinha falado aqui, que talvez, os Vereadores, a Câmara não fiscalizou. Então, quando se fala que a Câmara errou, então todos nós estamos arrolados no mesmo erro. Então, na realidade, se você não fiscaliza, você está arrolado. Só que nós aqui, é como disse no início, vimos pelo lado social, no caso a administração passada, que Vossa Excelência frisou aqui no começo da sua conversa aqui na Tribuna. Eu acho o seguinte: que a falha maior, no caso do Departamento de Obras, é não ter intimado na realidade a empresa construtora, para apura-se as causas, parar ali de imediato a construção. Então, esse é a falha maior que eu vejo, porque errar todos nós erramos, errar todos nós erramos, errar eu acho que, o erro é de quem trabalha, do profissionalismo. Então, muitas das vezes nós queremos aqui, culpar a ou b, sabemos que tem erros que é fatais. O avião por exemplo não pode errar, se errar, todo mundo morre. O erro de uma construção, também, se ela vier abaixo, também vai trazer um grande estrago. Agora, o que eu quis dizer é o seguinte: que as pessoas que fizeram parte dessa construção, se envolveram todo nesse trabalho, não erraram intencionalmente, é isso que nós precisamos entender, que as pessoas não fizeram aquilo com intenção de derrubar alguma coisa, então eu acho, eu pelo menos tenho essa visão eu gostaria que o nobre Vereador respeitasse a minha visão, como eu respeito a que Vossa Excelência falou. Só isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Para discutir, o Vereador José Soares, que dispensa.



Câmara Municipal de Caieiras

Para discutir, o Vereador José Luiz de Abreu, que se manifesta nos seguintes termos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores, nossos Funcionários. Só para recordar, este Vereador foi o responsável pelo adiamento da votação desse Relatório para estudos, estudos esses que foram colocados na sessão passada, como parte integrante da pauta dos nossos trabalhos, com autorização dos senhores Vereadores. Embora a Comissão responsável pela C.P.I., fez outro aditamento, existe pontos, sobre a minha ótica, que causam descontentamento e que relatarei a seguir. Quero pedir a gentileza dos nobres colegas para não ser aparteado, antes da minha conclusão, apenas para não perder o raciocínio, mas assim que concluir, se houver tempo hábil, cederei os apartes, como sempre o faço. No relatório são citados funcionários da Prefeitura, empresa Construtora e Administração passada. Vamos aos fatos. Considerando que, segundo o Relatório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas o I.P.T., que constatou que a obra foi projetada de maneira subdimensionada, pela empresa Conecta Arquitetura e Engenharia e Consultoria, a mesma não foi citada no referido Relatório e eu tenho aqui em mãos uma reunião que foi nesse sentido, essa reunião aconteceu dia vinte e dois de agosto, e presentes nessa reunião estavam os representantes da Ápice, que é o engenheiro Flávio, o representante da Conecta, o engenheiro Carlos Roberto e o engenheiro José Renato e o representante do I.P.T., engenheiro Massani Sacoda, todos assinaram a ata dessa reunião, tenho aqui a assinatura deles e a conclusão é a seguinte, é que em um ponto diz o seguinte: O engenheiro Gilberto, que é o do I.P.T., aliás essa reunião foi realizada lá no I.P.T., Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o engenheiro Gilberto, realizou alguns cálculos com cargas estimativas e chegou a resultados onde a armadura e a cessação do Pilar P-17, estariam subdimensionadas. E há resultados idênticos, quanto ao Pilar P-39, esse está nesse Relatório assinado pelas pessoas que estavam presentes. A empresa Conecta, entrou com um Projeto de correção da estrutura da obra, acompanhados pelos projetos substitutivos de arquitetura, elétrica, hidráulica em 21 de novembro de mil novecentos e noventa e seis. Tenho aqui também, um documento em anexo, que diz o seguinte: Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal de Caieiras. Conecta Engenharia e Consultoria, rua tal, tal, vem respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, efetuar a entrega do restante do projeto de correção da estrutura da obra da creche e pré-escola. Caieiras, vinte e um de novembro de 1996. Se alguém faz a correção de alguma coisa, é porque alguma coisa está errado. Aqui no meu entender, fica caracterizado que essa Conecta, é um réu confesso, em função deste documento datado do dia vinte e um de novembro de um mil e novecentos e noventa e seis. Considerando, que o Relatório isenta os demais membros da Comissão de Recepção de Obras Públicas do Município, e cita apenas dois, dando-me sentido de identificação direcionada. Sendo que ao meu ver, deveria ser citada a Comissão e não necessariamente os dois funcionários. Ou até mesmo não citar ninguém. Porque eu tenho aqui um documento que diz o seguinte: As empresas Ápice e Conecta, como as demais que participaram do processo licitatório devem estar de acordo com a Lei nº 8.666/93,

Handwritten signature and initials.



Câmara Municipal de Caieiras

artigo 30, inciso II, que diz o seguinte: "Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, qualidades e prazos, com objetos da licitação e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para realização do projeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se, se responsabilizará pelos trabalhos. Eu acho que aqui, está puxando pra si, para essa Comissão. Então eu acredito, que tanto a Ápice quanto a Conecta, quanto as demais que participaram do Processo Licitatório estavam de acordo com essa Lei 8.666/93, é porque até mesma as duas acredito que estavam dentro, porque elas venceram a Licitação, tirando ao meu modo ver a responsabilidade da Comissão de Recepção de Obras Públicas da Prefeitura, no que diz respeito ao aspecto técnico, quer dizer, essas firmas tem o seu grupo de engenheiros responsáveis tecnicamente pela obra, certo. Então deixando apenas a responsabilidade pelos prazos e medições de acordo com o cronograma físico e financeiro aos nossos funcionários da Prefeitura. Se a obra e o Projeto tivessem sido executados pelos funcionários da Municipalidade, então toda responsabilidade seria da Secretaria Municipal de Projetos e Obras e Planejamento, tanto o aspecto técnico, quanto a parte de pagamento e etc. Levando-se em conta que a Comissão Parlamentar de Inquérito no entender deste Vereador, deveria apenas relatar os fatos e encaminha-los após a tramitação regimental, que é isso que nós estamos fazendo, ao Ministério Público, ou outro órgão de instância superior, para ser de fato e de direito julgado e não emitir parecer conclusivo acusatório. Esse no meu entender. Como relata no item b, da conclusão do Relatório, pois se assim, se assim procedeu, deveria ter dado aos acusados o direito de ampla defesa como reza o artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal, que diz: "Aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, como os meios de recursos a ela inerente". Então, aqui tem o item b, ao meu ver, tem essa colocação, essa conotação, segundo a Comissão, o item b, diz o seguinte: Serão, sejam responsabilizados pelos danos causados aos cofres públicos, tal, tal, as pessoas, por não terem efetuado o acompanhamento e fiscalização da obra, é, obra inerente ao cargo que ocupam para efetuarem a devolução aos cofres públicos, da importância de trezentos e tantos, assim, no meu entender isso já foi taxativo. Essas pessoas tem que devolver aos cofres públicos. Levando em conta, eu tenho aqui em mãos, um Acórdão feito pelo Supremo Tribunal Federal, onde conclui os poderes e atribuições das Comissões Parlamentares de Inquérito, que determina todos os poderes de investigação. O que eu vou ler aqui, é uma síntese de um processo de noventa páginas, que diz o seguinte entre outras coisas: Acórdão do Supremo Tribunal Federal. "A Constituição investe a Comissão Parlamentar de Inquérito em vários poderes, não, porém, o poder de julgar. A Comissão Parlamentar de Inquérito, não tem poder jurisdicional, quer dizer poder legal para interpretar e ministrar a Lei, não julga, não aplica a Lei ao caso concreto. No entanto, a regra jurídica constitucional, lhe deu poderes próprios e semelhantes aos atribuídos as

*Assinado
Z. Nelson*



Câmara Municipal de Caieiras

autoridades judiciais. Assim, pode a Comissão Parlamentar de Inquérito no exercício de suas funções, determinar o comparecimento de testemunhas, tomar-lhes depoimento, promover diligências, requisitar documentos, certidões, pedir informações a qualquer repartição pública ou órgão federal, estadual, municipal, distrital ou territorial. Expedir notificações, enfim, como diz a Constituição, a Comissão Parlamentar de Inquérito, terá todos os poderes de investigação, tão grande quanto aos poderes das autoridades judiciais, exceto o de julgar". Levando-se em conta que a Prefeitura Municipal de Caieiras, em julho de mil novecentos e noventa e sete, tomou as providências legais processando judicialmente a empresa Conecta, antes mesmo do Relatório Final da C.P.I, conforme consta em anexo, a Carta Precatória da Comarca de Franco da Rocha, Primeira Vara Cível, tendo a atual administração não ficado omissa a tão importante questão, entendo que o referido relatório se encontra sob minha ótica falho, sendo que nesse sentido não me cabe outra alternativa senão a de reprová-lo, no meu entender o Relatório poderia ser mais abrangente. Eu só gostaria, para terminar senhor Presidente, dar um alerta aos nossos colegas, aos colegas que não pensam da mesma forma de que eu estou pensando, que os acusados, como eu entendi, poderão entrar com processo de danos morais e relacionar todos os que estiverem de acordo com o Relatório. Essa é a minha opinião, podendo causar embaraços futuros com a justiça. Eu tenho até um exemplo, é aqui diz, o exemplo é da, só para ilustrar, é da Revista Veja, do mês de setembro de noventa e sete, do dia oito do dez de noventa e sete, edição nº 1.516, que diz o seguinte: Condenada a União a indenizar o jornalista Luiz Adolfo Pinheiro, ex- Diretor da Redação do Correio Brasiliense. Pinheiro, perdeu o emprego, depois de ter seu nome incluído no Relatório Final da C.P.I. do Orçamento em que aparecia como suposto beneficiário de falcatruas, cometidas pelo ex- Deputado João Alves. A justiça considerou as acusações infundadas e estipulou uma indenização de cem mil reais, dia vinte e quatro pela terceira Vara Federal em Brasília. Que isso possa servir de subsídios aos colegas na hora do voto. Muito obrigado.

Para discutir, o Vereador José Carlos Gonçalves, que se manifesta nos seguintes termos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Amigos presentes. Eu gostaria de informar, mais uma vez, não tive a oportunidade de apartear o Vereador Nico Pollon, e o nobre Vereador Zeca, se me permite. Como eu já disse aqui, tenho aqui uma cópia da Conecta entregando, vou repetir mais uma vez, o projeto, o projeto, às mãos aqui do arquiteto José de Lima Cesar Filho, Diretor do Departamento de Projetos. Então, ele diz aqui. Informamos a Vossa Senhoria que nesta data recebemos os projetos executivos e respectivos memoriais, conforme discriminado. Nada temos a opor, quanto a liberação da respectiva nota, no valor de cinquenta e cinco mil reais zero setenta e sete e vinte e nove centavos, em favor da Conecta Arquitetura e Engenharia, assinado pelo senhor Presidente, senhor Diretor de noventa e seis e logicamente acompanhado pela Assessora da



Câmara Municipal de Caieiras

Engenharia na época e Presidente da Comissão. Então está claro, está aqui, foi recebido, ninguém constatou nada e foi liberada a verba e foi dado início a obra, dentro disso aqui, dentro desses projetos. Agora eu pergunto aí ao Vereador Zeca, por que esses documentos que encontram nas suas mãos ele não foi me parece na época que o Vereador fez o requerimento, ele não veio a esta Casa, se não me falha a memória ele não veio juntamente com os documentos.

O Vereador José Luiz de Abreu, responde: Olha, eu procurei escutar os dois lados, eu vi todo o calhamaço de documentos que os senhores tinham em mãos e também procurei achar o outro lado. Fui a assessoria da Prefeitura e consegui esse documento lá.

O Vereador José Carlos Gonçalves, diz ao Vereador José Luiz de Abreu: - eu estou perguntando a assessoria lá não. Eu estou perguntando aqui nos documentos da C.P.I. que foi pedido pelo nobre Vereador, todos os documentos relacionados ao Projeto de Construção Tia Ilze. O Vereador José Luiz de Abreu, responde que - Agora, essa pergunta você não deve fazer a mim, você deve fazer ao órgão que detém esses documentos. O Vereador José Carlos Gonçalves, diz: - Não, porque o senhor está defendendo e colocando em pauta para pressão aos nobres Vereadores.

O Vereador José Luiz de Abreu, solicita um aparte ao Vereador José Carlos Gonçalves: Pressão não, porque esse documento foi colocado na última Sessão quando eu fiz esse estudo, vocês podem ver que está, por isso eu fiz questão de registrar na Sessão onde foi parado aqui por um Mandado Judicial, todos esses documentos que eu tenho aqui, está à disposição, há quinze dias na Secretaria. Os senhores poderiam ter visto.

O Vereador José Carlos Gonçalves, continua a discussão do Projeto: Eu só estou mencionando, porque ele só veio, esse documento com o senhor leu, reunião vinte e dois de agosto, vinte e dois de agosto o prédio já estava caindo. O I.P.T., a Ápice, Conecta, todo esse pessoal aí, e esse documento não foi enviado dentro desse, protocolado a esta Casa, nesta data que foi requerido pelo nobre Vereador para se instaurar essa C.P.I., ou melhor, quando foi instaurada já. Então, vinte e um de novembro de noventa e seis, só aí, que a Conecta então, foi forçada entrar com esse requerimento, com esse acordo que foi feito sobre a subdimensão da obra. Então, é muito estranho que isso aconteça, só depois, só depois, que já está tudo caindo, aí nós vamos procurar documentação. Por que que não fizeram como a Conecta fez, fotografias, documentação, tudo legível aqui. Quando foi ouvido as pessoas eles trouxeram todos os documentos aqui, fotografias de colunas, depois, eu não entendo. É o documento, é o papel ou é a obra que está caindo. Existe coluna lá, com a viga de atravessado que existe um palmo sem ferro para fundição dessa viga com essa



Câmara Municipal de Caieiras

coluna. Então eu não posso de maneira nenhuma, como já falei e repito, colocar uma Conecta aqui, primeiro porque nós fizemos um levantamento aqui, foi baseado nos documentos que vieram às nossas mãos, esse documento que o senhor apresenta e apresentou quinze dias atrás, eles não vieram na época, juntamente com essa documentação que foi pedida pelo nobre Vereador. E, a Comissão então trabalhou, em cima desses documentos que foram enviados a esta Casa. Agora, se preocuparam tanto com essa obra, vamos a razão como o senhor sempre fala, que o Fundo de Garantia que foi mencionado pelo Vereador, esse Fundo de Garantia, ele foi, em abril de noventa e seis a novembro de noventa seis, foi o vencimento. Essa obra foi paralisada, ficou sem a caução, foi tirado os vinte mil reais, foi colocado um seguro lá de Curitiba. Eu não sei, aqui em São Paulo acho que não tem seguro. Foram buscar em Curitiba. Vinte e quatro de novembro, ficou cinco meses essa obra sem caução, sem caução, não é pelada. Está aqui a Lei, e ela nos diz aqui: Seguro Garantia - O Seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos. Dia trinta e um se não me falha a memória, foi instaurada a C.P.I., dia primeiro de abril foi feito um novo contrato com essa Seguradora. Um dia depois. Agora eu pergunto, se cai esse prédio lá, quem que ia assumir, pelo menos esse seguro aqui ainda quebraria um galho. Ficaria, ficou cinco meses sem esse seguro que é dentro de Lei. Está aqui a Lei aqui, então, eu vou repetir, nós não estamos julgando, mas é o que está tudo dentro do documento que fizemos. Eu quero aproveitar aqui a oportunidade e agradecer ao senhor Presidente, aos senhores da Mesa, aos senhores Vereadores, pela confiança que nos foi depositada para que trabalhássemos dentro desse Relatório. E quanto a esse cidadão que foi processado aí, eu, sobre dinheiro, o homem já devia estar preso já. Não sei pra onde que anda, mas eu vou dizer uma coisa, aqui não tem nada a ver com isso, nós não, já disse que no próprio Relatório está escrito aí, aconselha-se, nós não estamos julgando, nós não estamos condenando. Aconselha-se, só isso que eu queria dizer.

Em seguida, o senhor Presidente oferece a palavra ao Vereador José Bispo dos Santos, que dispensa, a Vereadora Maria José de Mello Manzanares, que dispensa o uso da palavra, a Vereadora Mercedes Sartori Fiore, que dispensa, ao Vereador Milton Valbuza Silveira, que deseja discutir o Projeto, por dez minutos.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, se manifesta nos seguintes termos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Prezada Assistência: Eu sempre gosto até de respeitar a explanação de todos os Vereadores e quando me pedem para que não seja aparteado, eu até faço questão de não apartear-lo, porque nós temos o direito de usar da Tribuna os minutos que é lhe fornecido pela Presidência. Tanto é verdade, que nós temos a Explicação Pessoal, para relatar



Câmara Municipal de Caieiras

uma opinião futura . Eu gostaria de mencionar aqui, ao Vereador Zeca, se assim ele me permitir chamá-lo, que na verdade a Comissão de Inquérito em momento algum acusou alguém, em momento algum a Comissão mencionou o fato de que fulano, ciclano, ou beltrano, tem que devolver dinheiro aos cofres públicos. O Vereador José Luiz de Abreu, solicita ao Vereador Milton Valbuza Silveira, que leia o item "b" do Relatório Final. O Vereador Milton Valbuza responde que: Não, nós só estamos mencionando a responsabilidade, a pessoa responsável deverá lógico ressarcir os cofres públicos. O Vereador José Luiz de Abreu, diz que no item "a" os senhores sugerem, agora o item "b", não é sugestão, é questão de interpretação, por favor.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, continua a discussão do Projeto: Então veja bem, eu gostaria até de esclarecer o seguinte: eu acredito até que Vossa Excelência deve estar confundindo alhos com bugalhos. Porque veja bem, eu não estou querendo aqui mencionar de forma nenhuma e não mencionei de forma nenhuma nesse Relatório que houve falcatrua, que houve desvio de dinheiro público, eu não mencionei em momento algum isso daí. Se falcatrua houve em outras C.P.I.s. que pessoas foram responsabilizadas por danos morais, isso daí já é um problema que cabe a pessoa ofendida a recorrer pela justiça. Tanto é verdade, que eu dou o direito a qualquer pessoa envolvida nessa Comissão de Inquérito até a requerer qualquer ressarcimento de danos morais contra minha pessoa. Existe a justiça aí, pra isso. E a sucumbência, paga aquele que perder. Então veja bem, eu não mencionei aqui, nem esse Presidente, nem a Relatora e nem o Membro em hipótese alguma, nós mencionamos que houve falcatrua, desvio de dinheiro público, que esse ou aquele roubou o dinheiro público. Nós simplesmente mencionamos que houve uma contratação de uma obra, que as pessoas responsáveis pela contratação da obra não fiscalizou e que na verdade deveria ter fiscalizado. E que o Poder Público, jamais poderá ter um prejuízo desse tamanho. Agora, cabe a quem julgar ? Eu não estou aqui para julgar ninguém. Cabe a quem? A justiça. A justiça que julgue, que ache necessário, o senhor Prefeito na verdade ele entender que ele deve formar uma comissão de sindicância para apurar os fatos, se na verdade ele achar que a empresa Conecta é a principal responsável por isso, que realmente processe essa empresa Conecta. A empresa Conecta, se ela na verdade é, achar que ela está sendo prejudicada, ela que se defenda na justiça. Ela que chame a lide, eu gostaria que se caso a justiça venha a chamar seja lá a Conecta, a Ápice a Administração Pública, seja o responsável pela fiscalização, a Comissão de Recepção de Obras, que essas pessoas chame a responsabilidade aqueles que participaram da obra, que prove o contrário, a justiça está lá exatamente para isso. Para dar o direito de defesa daquele que está sendo julgado. Eu aqui, na verdade, nem precisaria dar o direito de defesa a ninguém, que eu deixei o processo à disposição do advogado e dos depoentes, para verificar da forma que quiser. A única coisa que eu não poderia, era fornecer documentos que pertencem a Comissão de Inquérito. Mas eu abri

Milton Valbuza Silveira



Câmara Municipal de Caieiras

vistas, pra qualquer pessoa, tanto para construtora, como para Conecta, como para os depoentes, pra vir aqui pegar o calhamaço de documentos que existe na Comissão e verificar todos os documentos. Todos esses documentos, o que eu não poderia fazer, era fornecer documentos. Agora, de forma nenhuma, eu estou querendo aqui julgar esse ou aquele. Eu acho que quem julga é a justiça, eu não tenho receio nenhum e nem quero me prevalecer do meu cargo, você entendeu para julgar esse ou aquele ou condenar esse ou aquele, de forma nenhuma. Eu não estou aqui para isso, eu estou aqui para cumprir o meu papel de Vereador, de fiscalizar. Como falou o Vereador Jesuíto, várias outras obras estão sendo executadas no Município e ele não tem visto nenhum Vereador verificar a obra, fiscalizar a obra. Eu não preciso vir a esta Casa e comunicar o senhor Presidente e os demais Vereadores, que eu estou indo ver aquela obra da Vila Rosina, que desbarrancou no Carnaval. Eu não preciso ir de forma nenhuma, comunicar ninguém pra mim ver aquela obra que está parada lá em cima, ou a posso de tartaruga, o prédio da faculdade que era para ser inaugurado no ano passado. Eu não preciso pedir autorização para ninguém, eu tenho as minhas próprias pernas pra verificar o que está acontecendo no município, as obras que o Prefeito está executando. Então veja bem, eu não pergunto ao senhor Vereador se ele realmente está indo ou não fiscalizar. Cabe ao Vereador fiscalizar. É responsabilidade do Vereador, ele tem obrigação de fiscalizar e tanto é verdade, que eu tomei a liberdade de fazer esse requerimento da Comissão de Inquérito por que? Porque na verdade eu vi que realmente o prédio estava com problema e de tanto ouvir os munícipes comentarem que o prédio estava caindo, por que que estava parado, por que que não foi inaugurado, por que que parou a obra, quanto custou a obra.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, permite um aparte ao Vereador Antonio Romero Pollon, que se manifesta nos seguintes termos: apenas gostaria de passar a Vossa Excelência o seguinte, Vossa Excelência já citou aí dezenas de vezes que o Prefeito deveria de processar a Conecta, tá sendo processada através, eu me admiro muito o Vereador José Carlos Gonçalves duvidar de um Laudo do I.P.T., que é reconhecido no mundo inteiro, e foi através desse Laudo do I.P.T., que o Prefeito chamou o Departamento Jurídico e mandou que entrasse com um processo contra a Conecta. Vossa Excelência, por diversas vezes já passou que o senhor Prefeito deveria de processar a Conecta. É o que está sendo feito.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, responde ao Vereador Antonio Romero Pollon, que deveria processar o responsável pelo dano, eu não estou falando que era essa ou aquele. Eu não estou falando que ele deveria processar o funcionário responsável, a Comissão de Recepção de Obras, a Conecta ou a Ápice, em momento algum eu estou dizendo que ele deveria de processar essa empresa ou aquele funcionário, em momento algum eu fiz isso. Eu estou dizendo que cabe a responsabilidade do Poder Executivo, chamar a



Câmara Municipal de Caieiras

responsabilidade daquele que causou dano ao Município. Agora se ele entrou com um processo contra a empresa Conecta. Cabe ela se defender, você entendeu? É isso que eu estou querendo dizer. Eu acho que o direito de defesa é lá na justiça, não é aqui na Câmara. Não vai ser eu que vai dar o direito de defesa a empresa Conecta.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, concede aparte ao Vereador Jesuíto Guedes dos Santos, que se manifesta da seguinte forma: o nobre Vereador, que os Vereadores não tem por hábito fiscalizar as obras. O Vereador Milton Valbuza Silveira, responde que ele tem por hábito. O Vereador Jesuíto Guedes dos Santos, continua dizendo que: nenhum Vereador precisa pedir permissão aqui, agora depois que acontece, aí todo mundo, é fácil dizer, não vai fiscalizar, pra ver isso daqui. No entanto, estamos fiscalizando esta obra e tem mais obras que Vossa Excelência está visitando, fiscalizando, eu creio que não. Porque mesmo, eu acho que você por ser um homem ocupado, Vossa Excelência por ser um homem ocupado, não tem tempo para ficar andando aí atrás de máquinas, fiscalizando todas as obras.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, continua a discussão do Projeto: E responde ao Vereador Jesuíto que quem está dizendo isso é Vossa Excelência, que eu não tenho tempo. Eu sei das minhas atribuições e sei do meu tempo. Agora veja bem, que eu na verdade eu não preciso comunicar ninguém, tanto é verdade que o município é tão pequeno, que uma pessoa que circula no município ele tem condições de verificar realmente o que está acontecendo e o que está sendo executado pela administração pública. Então veja bem, nós sabemos de tudo o que está acontecendo, eu acredito que todos os Vereadores sabem disso. Então, eu não sou obrigado a vir aqui e marcar cartão. Eu não tenho um horário fixo para prestar serviços aqui na Câmara, a não ser nas Sessões que eu sou convocado. Isso daí eu até gostaria de deixar bem claro as algumas pessoas que acham que o Vereador tem que trabalhar vinte e quatro horas por dia. O Vereador ele tem a obrigação de cumprir o seu mandato. E de prestar seu serviço o qual ele foi conferido. Agora ele não é funcionário da Prefeitura, contratado, concursado, C.L.T. ou estatutário, seja lá o que for, certo, que ele tem obrigação de ir lá, marcar o seu ponto, receber o seu salário no fim do mês. O Vereador ele é praticamente nomeado pelo povo, pelo povo. Ele é um representante legal do município. Agora digo eu, se nós fomos ver aos olhos da Lei, é como bem sempre diz o Vereador José Luiz de Abreu, nós temos que agir mais com a razão e não com o coração. Então eu acho que o nosso papel verdadeiro é esse, estamos aqui para agir com a razão, não com o coração. Se for pra agir com o coração, nós vamos fazer simplesmente uma coisa, pegar todo esse tempo de perdemos, esse calhamaço de documentos, a Lei, tudo que existe, rasgar e assinar um papel em branco aos munícipes para que eles peçam a renúncia dos Vereadores aqui desta Casa de Leis. Pra que ter Vereador? Nós não precisamos ter Vereador. Ou nós

Milton Valbuza Silveira



Câmara Municipal de Caieiras

fazemos o nosso papel ou então nós mostramos para o povo que nós estamos aqui para agir com o coração. É só isso que eu tinha a dizer.

Para discutir, o Vereador Osmário de Oliveira e Silva, por dez minutos. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Amigos presentes. Agradecemos mais uma vez, a presença de todos os senhores que vem prestigiar nossos Trabalhos. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, eu venho acompanhando seus trabalhos eu sei que a situação pra nós aqui não é fácil. Justo, ainda vou até dizer, nós que fomos eleitos para esse mandato agora, justo nós que não tínhamos nada a ver com essa história, estourou a bomba na nossa mão. Então, como já disse alguns Vereadores aqui que me antecederam, como é o caso do Vereador Jesuíto, que disse que não vê Vereador fiscalizando obras, o Vereador não pode fiscalizar, ele pode passar e ver a obra, porque jamais um Vereador mandaria parar aquela obra ali na época. Ele iria chegar lá e ver o que visse, tinha engenheiro, tinha técnico, tinha todo mundo. Não ia chegar lá e dizer aquilo está torto, vamos parar. Não ia obedecer mesmo, não ia conseguir. É o que acontece com outras obras, tem um pessoal colocando uma tubulação num rio, não adianta o Vereador, ele pode passar lá e ver a obra, acompanhar e ver o trabalho do pessoal, agora mandar parar ele não vai porque ninguém vai obedecer. A verdade é essa. Então, a gente vê, a gente assiste muitos trabalhos durante uma administração pública, e tem muitas coisas que a gente vê, que se dependesse da gente seria paralisado e não aconteceria. Mas, infelizmente não é isso que acontece. Agora, nós aqui ficamos numa situação bastante delicada, porque quando é para se iniciar uma obra, o Vereador não é consultado, então ele não pode chegar lá e mandar parar, não pode. Ele pode sim providenciar quando existe irregularidades, logicamente, aí é um direito, através de um requerimento de informação, alguma coisa, que é a função do Vereador. Então existe outros fatores, por exemplo: Se um Vereador toma uma iniciativa, é encrenca, se não toma nenhuma iniciativa é frouxo, então é difícil a situação, é muito difícil. E outra coisa, pra nós a situação é complicada pelo fato que a gente, tem muitas pessoas envolvidas na estória, que são amigos nossos, amigos pessoais, muitas amizades com pessoas que estão envolvidas nessa estória, sempre que eu digo para pessoas, eu sou Vereador quando eu subo nessa Tribuna da Câmara, quando eu estou aqui, lá fora eu sou o Osmário, amigo de todo mundo. Agora, aqui eu faço um papel como se eu fosse um juiz e tivesse que julgar meu próprio filho. Eu sempre fiz esse papel, eu nunca confundi as coisas, e nunca votei, dei voto contra ou favorável aqui, simplesmente para agradar alguém quando eu acho que devo ou não. Eu sempre votei dentro da realidade, como existiu há poucos dias aí, um projeto num outro assunto aí, que não foi de meu agrado e eu critiquei pessoalmente, porque a família, a pessoa, estava aqui na frente e eu gosto de falar para a pessoa assistir. Então as vezes a gente, é tido como não, é porque ele não gosta de fulano, porque ele tem coisa pessoal com o fulano, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu

Osmário de Oliveira e Silva



Câmara Municipal de Caieiras

me preocupo muito com essa situação, pelo fato da gente saber que nessa estória aí, nessa estória toda, houve sim vários erros, eu fui uma dessas pessoas que acompanhei no começo os trabalhos lá, a paralisação da obra, eu fui uma das pessoas que foi feito uma reunião no Centro Cultural, eu mesmo critiquei os responsáveis pela obra, eu achava que o Prefeito não deveria investir nada enquanto não fosse apurado as irregularidades que existia lá, e outra coisa que eu falei e vou continuar falando. Eu nunca na minha vida, enquanto eu viver, eu não vou confiar mais naquela obra ali. Porque o I.P.T., o mundo inteiro, tá garantido, mas aquele prédio que caiu lá, e outros prédios daqueles, também foram verificados e pesquisados, pelo I.P.T., a fundação deles e outras coisas. Isso aí acontece, e não é porque o I.P.T. passou lá e fizeram lá um monstro que não vai cair nunca. Isso aí não existe. A falha é humana, o pessoal do I.P.T. também é humano. Então senhores, é, eu não recebi nenhuma ameaça de seqüestro, nem nada, porque o cara vai seqüestrar eu para que? Perder tempo. Então é, a gente as vezes é obrigado a pagar pelo erro dos outros, eu tenho certeza que, eu tenho certeza que cada um aqui, tem a sua opinião definida com relação a isso, eu também tenho. Eu me preocupo com a minha decisão de hoje, eu posso estar agindo com a razão ou estar agindo com o coração, como já disse o Vereador Milton, que ele é Presidente da Comissão, ele que irá tomar as decisões. Seja aprovado ou rejeitado, ele vai ser acompanhado pelo Ministério Público. Vai ser julgado pela justiça. A Câmara aqui, não tem o poder de fazer o julgamento de acordo com que nos vimos aí e eu já vi também. Nós não estamos julgando. Agora, às vezes as pessoas leva a decisão do Vereador pelo lado pessoal, que não é verdade e hoje de acordo com a decisão que for tomada aqui se ele tiver dez votos a dois, oito a três ou cinco a quatro, o que seja, o Relatório vai lá para o Ministério para apurar as causas. Agora, eu tenho uma preocupação com relação aquele prédio lá, que pra mim ele sempre vai ser uma calça remendada, nunca ela vai ficar perfeita mais como era não. E não fica mesmo. É igual a um carro, quando você bate ele, você estoura toda frente e você manda arrumar ele, nunca vai ficar um carro perfeito como ele era antes, isso é normal as coisas que se conserta. Agora, a única preocupação que eu tenho, é que tudo se resolva, que ele seja inaugurado até o final do ano, no aniversário do Município e tal e tudo bem. É só festa, é só alegria. E futuramente, aquilo lá vai ficar cheio de crianças, se aquilo lá der qualquer problema e desabar um dia, o que o pessoal do I.P.T., vai falar? Nós erramos no cálculo. Aquele que fez errou também. A que construiu também errou, quem foi responsável também errou, não é eles, vão crucificar o pessoal do I.P.T., então eu acho meus senhores, que é uma situação bastante complicada pra gente, um negócio desses. Porque muitas pessoas levam pelo lado pessoal como já disse e não pela razão. Então eu espero que seja respeitada hoje, a opinião de todos os Vereadores, seja qual for a opinião, que não se leve pelo lado pessoal, que não se leve por mágoas, nem por bronca pessoais, porque todo mundo sabe que é uma decisão difícil tomar no momento exato, no momento desse aí. Agora, como já disse o Vereador aí, ele deixou bem claro, que a votação de

Milton



Câmara Municipal de Caieiras

hoje aqui, pra efeito de julgamento na justiça, ela praticamente não vai ter nenhuma validade, porque ele vai encaminhar a mesma coisa, ele vai encaminhar normalmente ao Ministério Público, já pediu pra ser autenticados os documentos e vai ser encaminhado. Então eu acredito que cada um vai tomar a decisão de acordo com o seu pensamento.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, solicita aparte, pronunciando-se da seguinte forma: Na verdade, é necessária a votação, porque é um trâmite legal, agora é o que eu falei, não cabe aos Vereadores julgar esse ou aquele, quem teria que julgar na verdade, seria simplesmente a justiça. Agora, o trâmite da Comissão Parlamentar de Inquérito é o seu término, o Relatório, a aprovação ou não do Relatório. Agora, não cabe a Câmara nem aos Vereadores julgarem, como bem Vossa Excelência disse quem vai confiar num prédio remendado? A responsabilidade, eu tenho certeza, que não vai ficar em cima da Comissão principalmente, porque a Comissão pelo menos tentou apurar os fatos. Tentou jogar a responsabilidade a quem de direito. Então veja bem, eu gostaria de deixar bem claro aqui, se amanhã, porventura acontecer qualquer coisa, eu pelo menos, eu tenho a certeza que fiz alguma coisa. Procurei pelo menos corrigir um dano maior. É só isso daí.

O Vereador Osmário de Oliveira e Silva, continua a discussão do Projeto: Sem dúvidas. Então senhor Presidente, mais uma vez para completar eu digo aos senhores que a decisão de cada um, seja respeitada e não levada pelo lado pessoal, ou por mágoa pessoal de alguém, contra alguém, eu acho que é uma decisão difícil pra gente tomar, mas de uma maneira ou de outra, ela tem que ser tomada. É só isso que eu gostaria de dizer.

Para discutir, o Vereador Pedro Siqueira, por dez minutos, que se manifesta nos seguintes termos: Esse quatrocentos mil reais que foi liberado, se tivesse deixado isso daí, quem iria pagar seria quem perdesse, quem estava errado, ou a construtora, quem fosse. Mas numa altura dessa, liberar esse dinheiro, a obra já está quase pronta, agora como que a gente fica? Fica até meio desastroso assim como votar agora, se uma obra está quase pronta, não deveria ter continuado a obra. Então meus amigos, a coisa foi de desenrolando de uma maneira que ficou difícil, a hora que os senhores ver, lembre-se que Franco da Rocha, foi feito agora uma obra que lá também, que está parada, a Francovel, o jurídico paralisou, embargou, e não pode fazer mais nada, assim que teria que ser feito a nossa..

O Vereador Milton Valbuza Silveira, solicita um aparte, se manifestando nos seguintes termos: Vossa Excelência está relacionando uma obra pública, com uma obra particular. Quer dizer a pessoa que gastou o seu



Câmara Municipal de Caieiras

dinheiro numa obra particular, o dinheiro é dele. O dinheiro na verdade é de um particular, não é o dinheiro de um Município. Se a Prefeitura tivesse cedido o terreno e construído o prédio para Francovél, logicamente o prejuízo seria do Município, mas quem gastou o dinheiro foi uma empresa privada, não tem nada a ver com o caso que nós estamos relacionando hoje. Eu acho que nós estamos aqui discutindo, uma coisa que se relaciona ao dinheiro público, o dinheiro do município, não o dinheiro de um particular. Se fosse um dinheiro de um particular, nós não estaríamos aqui perdendo o nosso tempo.

O Vereador Pedro Siqueira, continua discutindo o Projeto: Mas esse dinheiro que agora entrou mais quatrocentos mil reais, de quem que é, não é da Prefeitura, não é dinheiro público, não é nosso? Então não gastasse mais quatrocentos milhões, vamos apurar, ver quem é o errado, ver quem vai cobrir isso daí. Se a firma está errada, ela tem que responder. Entendeu? É a mesma coisa eu, eu tenho uma firma, monto um transformador aí, na hora de ligar pifa, quem tem que cobrir tudo sou eu, não é a firma, quem me pagou acabou, entendeu? Eu acho que aí que foi o erro, entendeu? Então, a gente agora, tem que analisar e ver quem deve votar. Quem vai julgar não seria nós, é a justiça, entendeu? Então eu quero deixar declarado o que a gente pensa sobre isso daí. Meu muito obrigado e boa noite.

Para discutir, o Vereador Roberto Fávero, que dispensa o uso da palavra.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, levanta Questão de Ordem e solicita para que a votação, desse Projeto de Resolução fosse feita nominalmente. O senhor Presidente coloca o pedido do Vereador em votação, sendo aprovado pela unanimidade dos Vereadores presentes.

O senhor Presidente, solicita ao Primeiro Secretário, que faça a chamada dos senhores Vereadores para votação do Projeto de Resolução nº 510/97, da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vereador Antonio Romero Pollon: "contrário". Vereador Jesuito Guedes dos Santos, "contrário". Vereador José Carlos Gonçalves, "favorável". Vereador José Luiz de Abreu, "contrário". Vereador José Bispo dos Santos, "contrário". Vereadora Maria José de Mello Manzanares, "contrário". Vereadora Mercedes Sartori Fiore, "favorável". Vereador Milton Valbuza Silveira, "favorável". Vereador Osmário de Oliveira e Silva, que solicita a justificação de seu voto se manifestando nos seguintes termos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores, eu acho que, como eu disse antes, que eu nunca votei nessa Casa por conveniência, eu nunca votei pelo coração, eu voto sempre com a razão e eu até comentei há pouco que eu tenho certeza absoluta,



Câmara Municipal de Caieiras

como uma comparação: como amanhã é quarta-feira, que esse requerimento vai ser rejeitado, mas eu por uma questão de desencargo de consciência, o meu voto é "favorável". Vereador Paulo do Carmo Monteiro, "contrário". Vereador Pedro Siqueira "contrário". Vereador Roberto Fávero, "contrário". O senhor Presidente informa que o Projeto de Resolução da Comissão Parlamentar de Inquérito foi REJEITADO pelo "quorum" de oito votos contrários e quatro votos favoráveis.

O Vereador Milton Valbuza Silveira, levanta Questão de Ordem e solicita ao senhor Presidente que a ata da referida sessão seja feita na íntegra, constando o pronunciamento de todos os Vereadores, tendo-se em vista que a mesma foi gravada pela Rádio 96,5 F.M. . O senhor Presidente defere o pedido do Vereador Milton Valbuza Silveira.

Não havendo mais matérias para a Ordem do Dia, e nem Vereadores inscritos para a Explicação Pessoal, o senhor Presidente agradece a presença de todos, declara encerrada a presente sessão e determina a mim, Lucimara Salgado Nascimento, Assessora Parlamentar, que lavre a competente ata, a seguir subscrita pelos componentes da Mesa. Caieiras, 21 de outubro de 1997.....

-ANTONIO ROMERO POLLON-
1º Secretário

- JOSÉ SOARES -
Presidente
-JOSÉ LUIZ DE ABREU-
2º Secretário